

Cedric Pin

**Preços e Livre-Arbítrio:  
Da Ordem Sensorial à Ordem Espontânea em Hayek**

Brasília, DF

Universidade de Brasília

FACE

2009

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do departamento de Economia da Universidade de Brasília da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em economia.

Orientador: Prof. Mauro Boianovsky

Orientando: Cedric Pin

À vontade humana.

## **Resumo**

O liberalismo econômico de Hayek é reforçado pela filosofia da mente moderna. A evolução dos paradigmas mentais amplia o leque de opções de um indivíduo, cujo livre-arbítrio se consolida a medida que suas decisões interpessoais são guiadas por um sistema de valores. Nessa ótica, preços e outros sinais de mercado cumprem a função epistemológica de sintetizar e replicar as informações subjetivas dos indivíduos. Por essa razão, uma intervenção *ad-hoc* no mercado distorce a transmissão de informações, prejudica a consolidação do conhecimento, destitui o sistema econômico de seu componente heurístico, desorienta a evolução e, enfim, gera ineficiência econômica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livre-arbítrio, preços, ordem sensorial, ordem espontânea, *catallaxy*, escola austríaca, evolução, *datum*, qualia, intencionalidade, meme, Hayek.

**JEL code:** B21, B25, B41, D01, D83, D87

## **Abstract**

Hayek's economic liberalism is supported by contemporary philosophy of mind. The evolution of mental paradigms broadens the set of options available to any individual, whose free will is consolidated to the extent that his interpersonal decisions are guided by a value system. In this sense, prices and other market signals have the epistemological role of establishing and replicating subjective information of individuals. Therefore, an *ad-hoc* intervention in the market distorts the transmission of information, hinders consolidation of knowledge, deprives the economic system of its heuristic component, disorients evolution and, finally, leads to economic inefficiency.

**KEYWORDS:** Free will, prices, sensorial order, spontaneous order, *catallaxy*, austrian school, evolutionism, *datum*, qualia, intentionality, meme, Hayek.

## Sumário

Resumo.....	4
Abstract.....	4
1. Introdução .....	6
2. Ordem Espontânea.....	10
2.1 Herança Intelectual de Hayek.....	12
2.2 Subjetivismo .....	17
2.3 <i>Datum</i> .....	23
2.4 Preços, sinalização e equilíbrio.....	28
3. Mente e Cérebro .....	32
3.1 Economia Comportamental.....	32
3.1.1 Racionalidade limitada .....	33
3.1.2 Incerteza.....	36
3.2 Conceitos de Filosofia da Mente .....	39
3.2.1 Dualismo e monismo .....	40
3.2.2 Qualia.....	43
3.2.3 Intencionalidade.....	45
3.3 A Ordem Sensorial.....	48
4. <i>Bifröst</i> .....	61
4.1 <i>Catallaxy</i> .....	63
4.2 Livre-Arbítrio .....	70
4.3 Valor .....	77
5. Conclusão .....	80
Bibliografia.....	83

## 1. Introdução

O cérebro é o instrumento supremo da vontade de um indivíduo. Ele estabelece decisões processando informações. Sem ele, não há em se falar em livre arbítrio, nem em desejo, nem em escolha. Se a economia for entendida como o equacionamento da infinitude dos desejos (demanda) à limitação dos recursos (oferta), o cérebro desempenha papel fundamental em estabelecer quais são os desejos dos indivíduos e delimitar o que constitui um recurso. Ele vai **optar** entre essas diversas alternativas.

Como o livre-arbítrio institui os preços de mercado? Essa pergunta exige um *tour de force* da compreensão do modo como os agentes econômicos tomam suas decisões perante a ordem dos mercados. Os valores são os móveis de suas ações. Por isso, a economia deve ser vista como a ciência da escolha. Mises (1949) a apelidava de *praxeologia*, a ciência da ação. O que modula as ações e as escolhas? A liberdade faz a sociedade desenvolver uma instituição apelidada de mercado para delimitar essas decisões. Hayek chamava de *catallaxy* a emergência dos mercados nesse sistema de cooperação voluntária, mesmo que com fins distintos. A *catallaxy* emerge unicamente por causa dos desejos econômicos dos agentes. Por essa razão, ela deve ser vista como um mecanismo – a manifestação de forças de vontade em permanente movimento.

A finalidade da *catallaxy* é de auxiliar a alocação de recursos do meio ambiente em que interagem todos os indivíduos. Sua operacionalização é dada por sinais de mercado, como os preços. Para cada bem ou serviço, para cada fator que supre necessidades, há um preço correspondente, moldado por diversos fatores econômicos. **Explicar a formação dos preços equivale a desvendar o**

**mecanismo que permite aos indivíduos de uma determinada sociedade<sup>1</sup> serem livres.**

A citação de John Gray instiga o leitor a indagar-lhe o que seria uma verdadeira filosofia da mente, e qual seria a sombra que ela projetaria – política e economicamente. De fato, isso seria elusivo e pouco desafiador: filosofia e ciência não têm um critério de verdade absoluto. Porém a metodologia lhes permite a aproximação quase-certa da verdade.

A necessidade de uma teoria da mente equivale à necessidade de uma resposta ao problema da mente e do cérebro. Para estabece-la, é de bom grado que o livre-arbítrio do cientista ou do filósofo seja pautado pelo zelo em gerar previsões falseáveis – o poder preditor de sua teoria. A “melhor” teoria é aquela que gera previsões falseáveis<sup>2</sup>, ou seja, que resista a uma bateria de testes respaldados empiricamente. Esse critério de ciência é dito “melhor” pois proporciona previsões pragmáticas<sup>3</sup> que podem ser utilizadas inclusive para estabelecer recomendações normativas.

Aos critérios de verdade pode-se adicionar outros imbróglis metodológicos que assombram a pesquisa de problemas econômicos. As bases de dados econômicos são insipientes e seus componentes apresentam claros problemas de coleta e tratamento. A gama de experimentações disponíveis ao

---

1 A terminologia adotada visa não restringir o raciocínio apenas ao mundo humano, mas pretende ser abrangente a qualquer espécie animal.

2 Essa idéia está no âmago do falsificacionismo metodológico para a ciência, conforme foi proposto por Karl Popper. Blaug ([1980] 1999), ao analisar a metodologia da economia, destaca que uma das primeiras propostas sobre qual paradigma escolher é o poder preditor.

<sup>3</sup> Esse tipo de instrumentalismo metodológico defendido por Friedman ([1953]1984) foi rebatido por Caldwell (1980) não somente metodologicamente, mas principalmente epistemologicamente.

economista é reduzida, sendo objeto de recentes esforços metodológicos<sup>4</sup>. Adicionalmente, a **volição** condiciona esses eventos, o que torna o comportamento dos agentes central à compreensão do fato econômico.

Friedrich August von Hayek é o fio condutor das idéias apresentadas, pelo seu caráter pioneiro. Esse trabalho pode ser visto como história do pensamento, por discutir amplamente as contribuições do vienense e de outros economistas e filósofos. Porém, indo mais além, o âmago do trabalho transcende o aspecto historicista pois ele propõe uma exposição inédita de como responder às perguntas formuladas sobre a concepção da mente e suas conseqüências econômicas.

A estrutura do presente trabalho está constituída pelos seguintes patamares: após esta introdução, o capítulo 2 contextualiza o pensamento de Hayek dentro da tradição liberal para melhor compreender a sua concepção de *datum* e do papel dos preços como guia sinalizadores do mercado, conceituando assim a ordem espontânea. O capítulo 3 parte de conceitos modernos de economia e finanças para motivar uma abordagem dos problemas de filosofia da mente e atualizar a nomenclatura dos conceitos propostos na obra “Ordem Sensorial” de Hayek. O capítulo 4 ergue a ponte entre a ordem sensorial e a ordem espontânea, mostrando que a epistemologia proposta implica uma ontologia econômica específica – a *catallaxy* – que pode ser melhor compreendida por abordagens que modelam a complexidade das relações econômicas como o evolucionismo. A seguir, especula-se como o livre-arbítrio pode existir mesmo perante uma visão determinista e causal dos fenômenos econômicos que o evolucionismo parece implicar- e como a ordem espontânea entra na equação dessa dinâmica. Finalmente, mostra-se como de fato os valores dos indivíduos e da sociedade

---

<sup>4</sup> Vernon Smith recebeu o prêmio em homenagem a Nobel de economia em 2002, “for having established laboratory experiments as a tool in empirical economic analysis, especially in the study of alternative market mechanisms”.



podem ser explicados também através desse processo. A conclusão aponta para direções férteis de pesquisa alicerçados em torno das respostas propostas.

*“The standard theorems that underlie the presumption that markets are efficient are no longer valid once we take into account the fact that information is costly and imperfect. To some, this has suggested a switch to the Austrian approach, most forcefully developed during the 1940s and later by Friedrich Hayek and his followers. They have not attempted to “defend” markets by the use of theorems. Instead, they see markets as institutions that have evolved to solve information problems.”*

– Joseph Stiglitz<sup>5</sup>

## 2. Ordem Espontânea

O nada. O vazio primordial, destituído de forma. Hesíodo cunhou esse conceito de **caos**. Ancestralmente, o oposto de caos era conhecido como o **cosmos**, que é a disposição do universo em uma estrutura harmônica. A cosmologia, por exemplo, é o estudo da disposição em harmonia - a origem dessa palavra significa junção, união, concordância. É a linha condutora do preenchimento do vazio. Esta amálgama da harmonia veio a ser denominada de **ordem**.

Um evento é **espontâneo** quando ele não foi causado por um acontecimento externo. Isso pode ser reportado, na ciência econômica, a eventos endógenos delimitados por um sistema fechado. Hayek (1973, vol. I, cap. 2) taxonomiza:

*The made order which we have already referred to as an exogenous order or an arrangement may again be described as a construction, an artificial order, or, especially where we have to deal with a directed social order, as an **organization**. The grown order, on the other hand, which we have referred to as a self-generating or endogenous order, is in English most conveniently described as a **spontaneous order**. Classical Greek was more fortunate in possessing distinct single words for the two kinds of order, namely **taxis** for a made order, such as, for example, an order of battle, and **kosmos** for a grown order, meaning originally a right order in a state or community.*

Recapitulando, de um lado, temos a **organização** (taxis) e de outro a **ordem espontânea** (cosmos). Hayek detectou que a tese central de seu livro “The Constitution of Liberty” (1960) sobre a constituição de uma sociedade, no sentido amplo, podia ser melhor compreendida através dessa dicotomia.

---

<sup>5</sup> In: The Concise Encyclopedia of Economics <http://www.econlib.org/library/Enc/Information.html>

Uma reflexão essencial de ser introduzida nesse momento é o significado de espontaneidade para a esfera da ação humana. Uma pessoa guiada unicamente pela sua própria vontade está apresentando atitudes ditas espontâneas. O uso do termo “apresentando” se faz necessário para não adentrar no mérito de que a volição tenha alguma causação – ou não. A vontade dos seres vivos está intimamente associada à idéia de que o indivíduo de fato dispõe do **livre-arbítrio**. De fato, a existência de um certo grau de livre-arbítrio é crucial para o fenômeno das decisões econômicas. Por essa razão, essa arbitrariedade constitui o norte do presente trabalho.

De acordo com Rothbard (1990), a expressão **ordem espontânea** foi cunhada inicialmente por Zhuangzi: “Uma boa ordem resulta espontaneamente quando as coisas são deixadas por si sós”. Este laissez-faire próprio do pensamento **taoista** (fundado por Lao Tse) atingiria a sua conclusão lógica no anarquismo individual. Por essa razão, e pelas alegorias de ladrões que se tornam governantes, Rothbard apelida Zhuangzi de “o primeiro anarquista do mundo”.

A despeito dos trechos destacados por Rothbard, a filosofia do **tao** contém uma mensagem mais universal: a de que existe um caminho harmônico para guiar a sua vida, melhor trilhado quando o comportamento do indivíduo está entregue à espontaneidade. Ou seja, o potencial da livre volição de que o ser humano goza, manifesto em seus pensamentos, deve seguir uma sequência de ações – o caminho adotado – que esteja em conformidade com a harmonia universal. Por esta razão, a idéia de **ordenação** é intrínseca ao tao. O respeito a essa ordem é associado à virtude. Em contraparte, a não conformidade à ordem é sinal de fraqueza de caráter do ser. Para evitar estes “desvios de conduta”, o tao é um guia que auxilia as pessoas a seguirem o caminho virtuoso. Porém, ele não é estritamente um código moral a ser seguido, ele apenas inspira as pessoas, de modo espontâneo, a compreender a essência que ordena o mundo.

O conceito de ordem espontânea foi remoldado por sucessivos pensadores ao longo do tempo. Compreender a evolução desse conceito ajuda a cristalizar as idéias subjacentes à teoria social de Hayek.

## 2.1 Herança Intelectual de Hayek

A ordem espontânea pertence ao núcleo central do sistema de pensamento social de Hayek. Barry (1982) menciona que:

*Hayek has always claimed that his explanation of a more or less self-correcting social system continues a long tradition. While acknowledging it is absurd even to speculate on the beginnings of a tradition, Hayek often refers to the original Spanish schoolmen as the founders of the theory of spontaneous order.*

(...)

*The earliest exponents of **subjectivism** were Buridan (1300-1358), Saravia de la Calle (c. 1540) and Domingo de Soto (1495-1560); but the clearest expositor of the competitive view was the Portuguese Jesuit Luis de Molina (1535-1600). Molina, of the School of Salamanca, also showed an advanced analytical understanding of competition.<sup>6</sup> The achievement of those writers was to mitigate the moralizing element in Catholic social science and to show that the customary practices of trade were not against 'nature.'*

(...)

*two eminent scholars, Schumpeter and Hayek, both regard Molina's social theory as a natural law doctrine which looks forward **not to seventeenth-century rationalism but to the theory of spontaneous order**. Molina's economics is an investigation of nature, in the sense of there being sequences of events which would occur "if they were allowed to work themselves out without further disturbance."<sup>7</sup> Here the maxims of natural law appear to be less the dictates of an unaided reason than the implications of a benign nature. (grifou-se)*

A idéia inicial aqui é que os defensores da ordem espontânea aceitam a evolução natural da sociedade e se contrapõem à intervenção na ordem social, quer seja deliberada (no caso da igreja católica) ou quer seja justificada por argumentos racionalistas. Esta atitude de justificar intelectualmente um certo emolduramento da sociedade viria a ser apelidado por Hayek no capítulo inicial de seu livro *Law, Legislation and Liberty* (1973) de “construtivismo racionalista”:

*'Constructivist rationalism' - a conception that which assumes that all social institutions are, and ought to be, the product of deliberate design. This intellectual tradition can be shown to be false both in its factual and in its normative*

---

<sup>6</sup> Apêndice VII em Grice-Hutchinson, *The School of Salamanca*, pp. 112-115, apud Barry (1982).

<sup>7</sup> Schumpeter, *A History of Economic Analysis*, p. 112, apud Barry (1982)

*conclusions, because the existing institutions are not all the product of design, neither would it be possible to make the social order wholly dependent on design without at the same time greatly restricting the utilization of **available knowledge**. That erroneous views is closely connected with the equally false conception of the human **mind** as an entity standing outside the cosmos of nature and society, rather than being itself the **product of the same process of evolution to which the institutions are due.** (grifou-se)*

O exemplo quintessencial de racionalismo construtivista é Descartes. O pensador francês erigia a razão em torno da dúvida sistêmica, que é expressa, em seu discurso do método, como o ato de isolar as premissas claras e distintas daquelas que são apenas duvidosas. Se não puder ser provada como verdadeira, a premissa deve ser descartada, pois é mera opinião. Por essa razão, Hayek entende que os seguidores de Descartes considerariam que apenas as ações racionalizadas pelo homem são genuinamente desejáveis para a sociedade, enquanto que as demais instituições e práticas sociais que emergiam espontaneamente seriam apenas “acidentes”, e, mais ainda, seriam indesejáveis. Hayek apelida essa concepção de antropomórfica, em que as instituições humanas como a moral, a religião e a lei, a linguagem e a escrita, a moeda e o mercado<sup>8</sup> são construídas deliberadamente através de um desígnio intentado pelos seres humanos. Os proponentes do construtivismo racionalista acreditam notadamente que as rédeas da ação econômica não podem ser sujeitas unicamente à evolução espontânea e necessitam de um certo grau de centralização, de agremiação das decisões. Nesse rol de pensadores estão os racionalistas como Platão, Descartes, Hobbes, Rousseau, os socialistas como Hegel, Marx, Keynes e, enfim, os utilitaristas como Bentham e Mill, que, mesmo sendo oriundos da tradição liberal, defendem uma visão construtivista do mundo<sup>9</sup>:

---

<sup>8</sup> Note o ordenamento que Hayek estabelece das instituições em pares, próximo ao estabelecido por Menger (1883).

<sup>9</sup> Da mesma forma, Isaiah Berlin, na palestra “*Two Concepts of Liberty*” de 1958, fez a distinção entre liberdade negativa e liberdade positiva, relacionando-as ao liberalismo britânico e ao liberalismo continental, respectivamente.

*Em última análise, o Utilitarismo é uma idéia construtivista, eis que baseada no ponto de vista de que somos suficientemente inteligentes para escolher nossa moral [...] o que obviamente é um absurdo. Jamais conseguimos selecionar nossos valores morais a partir deste princípio. (Hayek (1981))*

Note, porém, que essa postura não é “obscurantista” nem rejeita o iluminismo. As linhas metodológicas iniciais de Law , Legislation and Liberty frisam que deve-se deshomogeneizar o racionalismo construtivista, cujas premissas são “errôneas”, do racionalismo evolucionista. Para ajudar a estabelecer a divisão de águas, cabe apresentar a longa tradição **liberal** de pensamento filosófico e social a que Hayek se subscreve, que remonta notavelmente a pensadores do iluminismo escocês<sup>10</sup>. A título de ilustração, o filósofo e historiador Adam Ferguson (1767), comentarista social renomado em sua época por sintetizar o *Zeitgeist* do seu *milieu*, escreveu a seguinte passagem:

*It is wisely ordered for man, as a rational being, that the employment of reason is necessary to his preservation: it is fortunate for him, in the pursuit of distinction, that his personal consideration depends on his character; and it is fortunate for nations, that, in order to be powerful and safe, they must strive to maintain the courage, and cultivate the virtues, of their people. By the use of such means, they at once gain their external ends, and are happy.*

Ferguson vê o comportamento do ser humano racional com otimismo, sempre pautado no fim supremo da busca da virtude e da perfeição, aspectos sociais que estão em sintonia com a felicidade do indivíduo. Adiante, ele compreende a organização da sociedade atual como decorrente da natureza humana, sendo que o contrato social emerge de forma espontânea. Não há dilema, mas sim complementaridade entre a competitividade dos indivíduos e a coesão social.

*[...] we shall suppose, with a colony of children transplanted from the nursery, and left to form a society apart, untaught, and undisciplined, we should only have the same things repeated, which, in so many different parts of the earth, have been transacted already. The members of our little society would feed and sleep, would herd together and play, would have a language of their own, would quarrel and*

---

<sup>10</sup> SKINNER (2003) destaca a consolidação de uma metodologia específica do pensamento da política econômica: “*the treatment of political economy in a systematic way is now associated with Francis Hutcheson, David Hume, Sir James Steuart and, of course, Adam Smith*”.

*divide, would be to one another the most important objects of the scene, and, in the ardour of their friendships and competitions, would overlook their personal danger, and suspend the care of their self-preservation.*

Ou seja, a ordem espontânea se constitui naturalmente. Essa idéia está arraigada ao racionalismo evolucionista característico do iluminismo escocês. Porém, a razão não impera com tamanho absolutismo a ação humana. O seguinte trecho do “Newton das ciências humanas”, David Hume (1751), esclarece esse aspecto do fundamento da vida **moral**<sup>11</sup>.

*There has been a controversy started of late, much better worth examination, concerning the general foundation of MORALS; whether they be derived from REASON, or from SENTIMENT; whether we attain the knowledge of them by a chain of argument and induction, or by an immediate feeling and finer internal sense; whether, like all sound judgment of truth and falsehood, they should be the same to every rational intelligent being; or whether, like the perception of beauty and deformity, they be founded entirely on the particular fabric and constitution of the human species.*

Ele conclui que a moral não se deriva da simples razão externa e objetiva, mas sim dos sentimentos internos do indivíduo. A partir disso, ele desenvolve sua crença liberal na simpatia humana (empatia), onde as pessoas, mesmo agindo por interesse próprio, estão naturalmente inclinadas a agir em favor do seu próximo, adicionando o altruísmo à visão egoística de Hobbes.

Hayek (op. cit.) considera Hume e Kant como aqueles que se aproximaram mais que ninguém do “claro reconhecimento do status dos **valores** como condições independentes, guias de toda construção moral”. Outros pensadores que defendem o mérito da ação de móbil individual para a melhoria da sociedade são Bernard de Mandeville (1714) que escreveu várias versões da “Fábula das Abelhas”<sup>12</sup> e Adam Smith (1776), através de seu conceito de mão invisível, ambos

---

<sup>11</sup> A definição de moral é entendida aqui como os valores e juízos subjacentes às decisões e ações do indivíduo e da sociedade.

<sup>12</sup> Esta alegoria, cujo subtítulo é vícios privados, benefícios públicos, conta a história de uma colméia cujas habitantes decidem se pautar em atos virtuosos, porém hipócritas, e, com isso, “*many thousand bees were lost*”.

pautados pela emergência espontânea de uma divisão do trabalho no ordenamento social.

Efetivamente, esses pensadores pensaram o processo da interação social e dos sistemas morais como algo não somente em **evolução** (ou seja, adaptando-se de forma **constante** à realidade), mas em **evolução racional** da sociedade, direcionada a um fim supremo superior, sem ser designada pelos seres humanos mas totalmente em sintonia com a felicidade da espécie humana. Essa é a versão evolucionista do racionalismo. O próprio evolucionismo das espécies de Charles Darwin pode ser retrçado ao pensamento de social do iluminismo escocês e de Thomas Malthus. Na introdução de “The Origin of Species”, temos o seguinte trecho:

*the struggle for existence among all organic beings throughout the world, which inevitably follows from the high geometrical ratio of their increase, will be considered. This is the doctrine of Malthus, applied to the whole animal and vegetable kingdoms. As many more individuals of each species are born than can possibly survive; and as, consequently, there is a frequently recurring struggle for existence, it follows that any being, if it vary however slightly in any manner profitable to itself, under the complex and sometimes varying conditions of life, will have a better chance of surviving, and thus be NATURALLY SELECTED.*

O processo de competição próprio à esfera moral não continha um teor pejorativo à época, porém, foi a sua extensão a questões biológicas que suscitou a emergência de uma “lei da selva” predatória pouco desejável no âmbito da *polis*. Na realidade a expressão “lei da selva” transmite o contrário do que os filósofos sociais da época queriam explicitar: as instituições da civilização, distanciando-se da barbárie, surgem através do processo evolutivo. Um dos exemplos é o direito de propriedade: Proudhon sustentava que a liberdade era um pré-requisito para a existência da ordem espontânea, e não o contrário. O direito de propriedade era



visto por ele como uma criação espontânea da sociedade, oriunda da liberdade: “*La liberté n’est pas la fille, mais la mère de l’ordre*”<sup>13</sup>.

Essas interpretações deslizantes requerem um portal para a melhor compreensão da mensagem do iluminismo do século XVIII de como a evolução espontânea molda indivíduo e sociedade de uma forma “desejável”. A sua chave teria de esperar o seu amadurecimento ao final do século XIX daquilo que viria a ser conhecido como uma **epistemologia subjetivista**.

## 2.2 Subjetivismo

A despeito dos escoceses já terem apontado a importância da ação individual para a política econômica, eles não haviam efetivamente constituído uma metodologia científica *strictu-sensu* em torno dessa idéia. O advento da “revolução” marginalista veio preencher essa lacuna. Menger estabeleceu, em seu livro-texto de “Princípios de Economia” (1871) um critério de valoração de bens e serviços, conforme destrinchado por Caldwell (2004, cap. 1, p. 26):

*If Menger had a target in his book, it was the classical theory of value. (...)The classical view tht the value of a consumption good (a good of first order) depends on the value of the inputs (goods of a higher order) used to produce it is “a complete reversal of the true relationship”. Instead, goods of a higher order owe their value to their ability to be combined to produce goods of the first order that are used by humans to satisfy needs. **Menger’s subjectivist theory** permits a resolution of the diamond-water paradox. (grifou-se)*

De fato, a gênese da escola austríaca está intrinsecamente ligada à idéia de subjetivismo. Hayek<sup>14</sup> declara que “*it is probably no exaggeration to say that every important advance in economic theory during the last hundred years was a further step in the consistent application of subjectivism*”. Porém, os Princípios era apenas

---

<sup>13</sup> Na França, a escola econômica da *physiocratie* – governo da natureza – mostra que os pensadores franceses também acreditavam na existência de leis naturais que regiam a formação da ordem espontânea.

<sup>14</sup> Caldwell (2004, cap 1), apud Hayek ([1942-44]1979). Caldwell considera esse trecho como sendo um dos aforismas austríacos mais citados.

um passo inicial de Menger nessa direção. A escola mais influente da época era a Escola Alemã Histórica – cujos representantes (e.g. Roscher, Schmoller, Hildebrand, Adolf Wagner) inscreviam-se na tradição de observar a história sob o arcabouço elaborado por Hegel: *Geists* cuja natureza diferenciava de povo para povo, rejeitando a assumpção iluminista de que haveriam leis naturais que ordenavam o mundo. A rejeição total de teorias puras sobre a economia é uma diatribe à sua existência. Schumpeter<sup>15</sup> escrevera em 1921 que a teoria não seria nada além de um interlúdio na história das idéias, tentativas de fundamentar políticas econômicas em períodos particulares. Por isso, o *continuum* histórico leva a presente narrativa ao ano de 1883:

*So we move to the eventful year of 1883. It was a year for entries and exits in economics. Karl Marx died, and Joseph Schumpeter and John Maynard Keynes were Born. Ludwig Von Mises was two years old. And Carl Menger published his less than gracefully titled **Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften und der politischen Oekonomie insbesondere**. The book would be condescendingly reviewed by Schmoller in his journal. The **Methodenstreit** was about to Begin. Hayek, whose earthly existence would not start for another sixteen years, would have to deal with the ideas of all of them.* (Caldwell, 2004, cap. 2)

Menger iniciou uma disputa que ficou conhecida como o *Methodenstreit des Nationalökonomie*. Os pensadores oriundos da escola histórica alemã acreditavam que o escrutínio do passado, o levantamento de estatísticas e a observação de tendências permitiria uma compreensão mais ampla do presente, e até a previsão de certos acontecimentos econômicos ou sociais do futuro. Menger condena a adoção de métodos historicistas para se compreender a economia, pois a interação social é demasiadamente complexa para ser entendida através de simples relações estatísticas. A complexidade implica que pequenas mudanças em um estado de natureza ou nas instituições de uma organização social podem acarretar enormes diferenças no resultado dos eventos econômicos. Ademais, séries históricas não se reproduzem necessariamente no futuro, não pode haver uma extrapolação dessas relações causais, pois o ser humano considera o ocorrido no passado para corrigir

---

<sup>15</sup> Caldwell (2004, cap 2), apud Schumpeter (1956).

o presente. Isto é, a ação humana está em constante evolução, e é moldada por suas expectativas, adquiridas através de aprendizado<sup>16</sup>.

Resumidamente, cada lado buscava justificar a adoção de um ponto de partida metodológico diferente: a indução (dados estatísticos históricos empiricamente observados) e a dedução (teorias econômicas). A *querelle de la méthode* ocorreu justamente porque cada uma das partes adotou progressivamente posturas mais extremas de indutivismo e de dedutivismo ao longo da disputa. A importância desse imbróglio metodológico – que Schumpeter qualificou em seus escritos como um desperdício – não está tanto na posição em que cada qual se insere no espectro que se estende do dedutivismo ao indutivismo, mas sim na ontologia que essa problemática suscitou: primeiramente, Menger reforçou que o advento das instituições humanas é fruto da interação espontânea dos atores econômicos, e de outro houve a defesa do **individualismo metodológico** como núcleo da teoria econômica.

Menger defende uma metodologia pautada na lógica “pura” da vontade humana, pois esta é universalmente válida e independente de idiosincrasias. A lógica pura é algo interior do ser humano, ditando as suas decisões, e caberia ao economista descobrir quais são esses móveis. Perceba-se que isso não implica supor que há um *homo economicus* necessariamente racional, nos moldes propostos pelo utilitarismo de John Stuart Mill. A ideia por trás da tese de Menger é que, se a economia buscar um método científico, ela deve, tal o discurso do método de Descartes, reduzir o seu escopo aos seus elementos primordiais (a ação humana), e para isso precisa delinear qual o verdadeiro molde do *homo economicus*. Feijó (2000) chama a ordenação economicista dessas necessidades

---

<sup>16</sup> As teorias econômicas modernas incorporaram aos seus modelos essas preocupações de Menger. A “crítica de Lucas” e a escola macroeconômica de expectativas racionais são formalizações de um aspecto da disputa de Menger. O evolucionismo foi sujeito a um simulacro para ser incorporado aos modelos de crescimento Neo-Schumpeterianos, incorporando o aprendizado próprio a processos evolutivos.

humanas de naturalismo, e relembra que “o problema de escassez de informação faz-se presente em situações concretas e Menger nunca postulou a hipótese de informação perfeita”. A idéia de ordem espontânea assume novos contornos à luz do subjetivismo, e Menger sabe disso, pois ele recorre freqüentemente à expressão de ordem. Agora, são os conteúdos internos do ser humano que estabelecem a ordenação da sociedade. E por conteúdos internos defende-se aqui que existe uma instância mental para conduzir o processo.

A fundação da tradição do pensamento austríaco está firmemente apoiada na metodologia de Menger, cuja característica fundamental é esse subjetivismo radical que reestabelece a importância do indivíduo e da sua esfera de liberdade no âmago da questão econômica. Menger legou a sua compreensão do sistema moral “espontâneo” em sintonia com o subjetivismo radical aos pensadores do século XX. Hayek é o seu legítimo herdeiro. Mais que nenhum outro pensador, Hayek resgatou os escritos do pai fundador da escola austríaca. Rapidamente, pode-se arrolar entre os principais proponentes dessa escola: Eugen von Böhm-Bawerk, Friedrich von Wieser, e, num segundo momento<sup>17</sup>, aquilo que Blaug ([1980] 1999) apelida de economistas austríacos modernos, sendo Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek suas mentes mestras seguidas por alguns de seus defensores ferrenhos, a saber, Murray Rothbard, o *summa cum laude* Israel Kirzner (voltado para análises do papel do empreendedorismo), ou ainda Ludwig Lachmann (que compartilha a visão de subjetivismo evolucionista de Hayek). Mesmo que a metodologia dos pensadores acima não seja totalmente homogênea, ao menos pode-se destacar pontos em comum: a imperiosidade das razões introspectivas para determinar as ações humanas, a teoria do valor subjetiva fortemente oriunda do marginalismo, e, como consequência, um reforço da concepção de ordem espontânea tão defendida pelos filósofos escoceses. Esses preceitos, para os austríacos, consolidaram a prescrição normativa de que o liberalismo é o motor dos benefícios públicos: o liberalismo está justificado. Por

---

<sup>17</sup> Joseph Alois Schumpeter é um caso de genialidade a parte.

exemplo, o discurso da importância da liberdade do indivíduo permeia os escritos de “O Caminho para a Servidão”, como no seguinte trecho:

*During the whole of this modern period of European history the general direction of social development was one of freeing the individual from the ties which had bound him to the customary or prescribed<sup>18</sup> ways in the pursuit of his ordinary activities. The conscious realization that the spontaneous and uncontrolled efforts of individuals were capable of producing a complex order of economic activities could come only after this development had made some progress. The subsequent elaboration of a consistent argument in favor of economic freedom was the outcome of a free growth of economic activity which had been the undesigned and unforeseen by-product of political freedom. (Hayek, [1944] 2007, cap. 1)*

Em suma, a mensagem comum dessa corrente de pensamento é que a ordem espontânea é alcançada por via da ampliação das liberdades dos indivíduos. Essa liberdade vai garantir a correspondência entre os valores subjetivos conhecidos apenas pelo indivíduo e o sistema econômico. Pode-se apelidar essa injeção de *épanouissement*. Caso haja constrangimentos da liberdade do indivíduo, surgirá uma dicotomia: o sistema econômico da sociedade não refletirá os desejos internos das pessoas, e, portanto, não irá gerar os valores desejáveis pelos diversos componentes da sociedade.

Essas forças construtivas podem ser vistas como “meta-agentes” econômicos, no sentido em que eles não são agentes cuja atuação está voltada a lograr valor para si mesmos, mas para a concepção que eles têm de valor para outros indivíduos. Um exemplo de “meta-agente” econômico é um pai mandando o filho para a escola, enquanto esse preferiria ir brincar de bola. Ele elabora uma concepção do que é ideal para o filho intertemporalmente, enquanto o filho, pela sua racionalidade limitada, só consegue perceber a utilidade direta e imediata de brincar de bola, sem calcular a sua utilidade intertemporal<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Note a forma pejorativa com que Hayek lida com prescrições tradicionais, costumes sociais.

<sup>19</sup> Hayek (1960, cap 24) concede, nesse âmbito, que “*With regard to children the important fact is, of course, that they are not **responsible** individuals to whom the argument for freedom fully applies*”.

Enfim, aqui surge o aspecto normativo do individualismo metodológico, oriundo da sua acepção epistemológica: a ética da sociedade deve seguir a liberdade individual como valor supremo de sua organização, pois ela ampliará as possibilidades da economia gerar mais valor e crescer. A esfera política assume o ativismo, dado que o fatalismo de uma visão ultra-naturalista da economia não concede a nenhum tipo de intervenção normativa. A idéia é que a sociedade deve fazer a seguinte alocação: evitar da forma mais eficiente possível o constrangimento às liberdades individuais para lograr maior desenvolvimento. Essa colocação parece razoável.

Certo?

Não necessariamente. Basu (2005) identifica Hayek e Buchanan<sup>20</sup> como pensadores cujo conservadorismo econômico<sup>21</sup> está fundado na sua aderência ao individualismo metodológico. E ele detecta nisso um “possível erro lógico, [...] por não levar em consideração corretamente a Lei de Hume”: basicamente, que uma proposição normativa não pode ser derivada puramente de uma análise puramente positiva. Esta idéia é desenvolvida em Arrow (1994), que critica os pensadores por ligarem diretamente o individualismo metodológico ao individualismo normativo.

Em contrapartida, Eabrasu (2006) explica que uma boa concepção de subjetivismo deve implicar uma extensão da esfera axiológica (diretrizes morais)

---

<sup>20</sup> Vencedor do Prêmio Nobel de 1986 pela sua obra sobre Teoria da Escolha Pública, voltada à atuação dos políticos e à compreensão do ciclo político.

<sup>21</sup> O que Hayek negaria veementemente, vide o seu texto “*Why I am not a conservative*”, postscript do livro “*The Constitution of Liberty*”. É particularmente preocupante ver defensores da liberdade serem taxados de conservadores por tamanho número de comentaristas, pois isso implica que a concepção *mainstream* de não-conservadorismo é exatamente o ataque à liberdade. Num olhar crítico, sob a Lei de Hume, essa estigmatização que Basu faz constitui nela mesma o próprio pulo do campo positivo ao normativo que segundo ele deveria ser evitado.

para a esfera epistemológica (natureza do conhecimento). Lachmann (1990) acrescenta que:

*The extension of subjectivism in the 1930s, from the old subjectivism of preferences to the new subjectivism of expectations, constituted the first major extension of its domain for sixty years – and Shackle took a most prominent part in it. (...) The evolution of subjectivism is characterized (...) by an ‘inner metamorphosis’, its transformation from a subjectivism of properties and ‘dispositions’ to one of the active human mind.*

Essas críticas e comentários impeliram a motivação para a elaboração do presente trabalho. O subjetivismo convida a um inquérito epistemológico, um questionamento do processo de aquisição de conhecimento pelos agentes econômicos. Essa é a “*active human mind*”. E isso é viabilizado pelos avanços realizados na filosofia da mente nos últimos anos. A meta, talvez ambiciosa, é reter a guilhotina, e abrir alguma passagem do campo positivo ao normativo.

### **2.3 Datum**

A necessidade de fundamentar epistemologicamente a metodologia subjetivista fez com que Hayek - talvez de forma inconsciente – incorresse por aquilo que Caldwell chama de “transformação”.

*With the '37 lecture to the Economics Club in London, my Presidential Address, which is “Economics and Knowledge”, I started my own way of thinking.*

*Sometimes in private I say I have made one Discovery and two inventions in the social sciences: the Discovery is the approach of the utilization of dispersed knowledge, which is the short formula which I use for it; and the two inventions I have made are nationalization of Money and my system of democracy... (Caldwell (2004, cap. 10, p. 206), apud Hayek (1983), p. 425-26)*

A despeito de suas contribuições prévias a 1937 sobre a natureza do business cycle e do comportamento da taxa de juros, mesmo com suas contribuições ao debate sobre o socialismo ou as alterações com Keynes e Safra, pode-se frisar categoricamente que a descoberta desse “conhecimento disperso” é a pedra angular do pensamento de Hayek – e é em torno dela que vai se construir o argumento da presente dissertação.

Relembrando os “Princípios” de Carl Menger, o valor de um bem só sobrevém através de uma necessidade psicológica por ele. Sem necessidades, não

há valor. Essa constatação foi a base para o marginalismo e para uma teoria da demanda fundamentada no agente econômico, em uma descoberta múltipla (simultânea) de Jevons e de Walras (porém posterior a certos “proto”-marginalistas franceses). A visão de mundo da ordem espontânea combinada a esse subjetivismo levou Hayek a vislumbrar o mecanismo da mão invisível além da sua simples expressão no âmbito material da divisão do trabalho. De fato, ele percebeu que ela é apenas a etapa final de um fenômeno de organização da economia muito mais essencial<sup>22</sup>: **a divisão da informação**. As informações são apreendidas sensorialmente através de pequenas quotas de informação de cada indivíduo, **os dados**. A miríade de informações subjetivas constituem o teor **informacional** subjacente ao processo de decisões de produção ou de consumo na economia. Vamos analisar com mais delonga essas proposições adiante.

Carl Menger acreditava que existe um “pool” de conhecimento numa sociedade, que permite a ela distinguir, através de relações causais, quais são os bens úteis e quais são apenas bens imaginários. Ele relaciona diretamente o progresso econômico com o progresso do conhecimento humano no seguinte trecho, reproduzido na íntegra pelo seu interesse central no presente capítulo:

*The quantities of consumption goods at human disposal are limited only by the extent of human knowledge of the causal connections between things, and by the extent of human control over these things. Increasing understanding of the causal connections between things and human welfare, and increasing control of the less proximate conditions responsible for human welfare, have led mankind, therefore, from a state of barbarism and the deepest misery to its present stage of civilization and well-being, and have changed vast regions inhabited by a few miserables, excessively poor, men into densely populated civilized countries. Nothing is more certain than that the degree of economic progress of mankind will still, in future epochs, be commensurate with the degree of progress of human knowledge. (Caldwell (2004, cap. 1, p. 33-34) apud Menger [1892] 1976, p. 74).*

Portanto, na sua compreensão, essa extensão do conhecimento pode crescer em um certo grau, e esse crescimento está diretamente ligado ao bem-estar econômico. Essa constatação pode parecer inicialmente trivial; porém ela abre de

---

<sup>22</sup> O termo essencial é usado aqui no seu sentido fenomenológico. Os capítulos 3 e 4 desenvolvem esse conceito.



forma inesperada campo a inúmeros refinamentos da teoria econômica que levariam anos para surgir, como, por exemplo, as teorias de crescimento macroeconômicas alicerçadas no modelo de Solow mas erigidas em torno de um conceito não material de capital, mas mental - o capital humano. A preocupação de como o conhecimento afeta a própria noção de bem-estar, porém, é um ponto mais interessante a se destacar: à medida em que a humanidade compreende o seu ambiente econômico, ela, paralelamente, se beneficia de uma metapercepção de qual estágio ela alcançou de bem-estar – e de como implementá-la ainda mais. Exemplo disso é a discussão que Amartya Sen ([1999]2000, cap.3) desenvolve sobre como abordagens célebres de justiça – o utilitarismo e o libertarismo (na versão de John Rawls ou de Robert Nozick) são constituídas de cotas informacionais: “Os méritos e limitações de cada abordagem podem em muito ser compreendidas examinando-se o alcance e os limites de sua base informacional”<sup>23</sup>.

Retomando Menger, pode-se deduzir que a sua visão do conhecimento desorganizado, que não estabelece completamente as relações causais, pode ser caracterizado em um sentido como aquele que não pertence à categoria sistemática do conhecimento científico. São informações isoladas, circunstanciais, processadas subjetivamente por agentes, em um dado tempo e espaço, limitados pelo campo sensorial de cada ser humano ou até mesmo de sua comunidade. Conforme Menger, o caráter inerentemente efêmero do conhecimento não pode ser objeto de estatísticas. Daí a crítica ao método científico – i.e., de previsão - da escola germânica de historicismo. Como eco das lições do pai fundador da escola

---

<sup>23</sup> Sen sugere uma síntese das duas vertentes, denominada de “abordagem da capacidade para a justiça”. Ela é essencialmente a adoção do arcabouço dos bens primários *à la* Rawls, “*each person is to have an equal right to the most extensive scheme of equal basic liberties compatible with a similar scheme of liberties for others*” mas que incorpora de modo mais pragmático a preocupação com as conseqüências dessas concessões – emprestando do cálculo utilitário o conjunto de possibilidades do vetor utilidade.

austríaca, nas linhas finais de seu tratado sobre a Liberdade, Hayek (1960, cap. 24) tece os seguintes comentários sobre predição e futuro:

*Nowhere is freedom more important than where our ignorance is greatest – at the boundaries of knowledge, in other words, where nobody can predict what lies a step ahead. (...) the ultimate aim of freedom is the enlargement of those capacities in which man surpasses his ancestors and to which each generation must endeavor to ass his share – its share in the growth of knowledge and the gradual advance of moral and aesthetic beliefs, where no superior must be allowed to enforce one set of views of what is right or good and where the only further experience can decide what should prevail.*

*It is wherever man reaches beyond his present self, where the new **emerges** and assessment lies in the future, that liberty shows its value.(...)*

Ademais, esse tipo de informação é inapreensível em sua totalidade por uma só mente ou um só sistema de planejamento centralizador, e exige um grau de abstração indesejável da realidade, pois esta modelagem está altamente suscetível ao efeito borboleta que emerge em sistemas complexos. Hayek ([1937]1945) usa a expressão *the man in the spot* para exemplificar a natureza da informação subjetiva. Este conceito de habilidades específicas únicas ao indivíduo (*skills*) já estava presente no pensamento de Michael Polanyi, particularmente em sua obra *Personal Knowledge* ([1958], 1974). Outro exemplo desse entendimento encontra-se no seguinte trecho em que Hayek (1960, cap. 10) cita o livro “A Lógica da Liberdade” de Polanyi ([1951]2003):

*Such an order involving an adjustment to circumstances, knowledge of which is dispersed among a great many people, can not be established by central direction. It can arise only from the mutual adjustment of the elements and their response to the events that act immediately upon them. It is what M. Polanyi has called the spontaneous formation of a “polycentric order”: “When order is achieved among human beings by allowing them to interact with each other on their own initiative – subject only to the laws which uniformly apply to all of them – we have a system of spontaneous order in society. We may then say that the efforts of these individuals are co-ordinated by exercising their individual initiative and that this self co-ordination justifies this liberty on public grounds. – The actions of such individuals are said to be free, for they are not determined by any specific command, whether of a superior or a public authority; the compulsion to which they are subject is impersonal and general.”*

Uma trajetória econômica deve, pela própria natureza do conhecimento que ela comporta, ser constantemente ajustada. Esses ajustes, porém, partem de uma

iniciativa individual – pois eles são os agentes que são primariamente sensibilizados à necessidade de mudança. Este teor informacional ordenado de forma policêntrica – entre vários indivíduos - também ajuda a compreender porque a dimensão subjetiva da interação das mentes humanas é necessária para a compreensão dos fenômenos econômicos.

*the really central problem of economics as a social science, the problem which we pretend to solve is how the spontaneous interaction of a number of people, each possessing only bits of knowledge, brings about a state of affairs in which prices correspond to costs, etc., and which could be brought about by deliberate direction only by somebody who possessed the combined knowledge of all those individuals.*

(...)

*How can the combination of fragments of knowledge existing in different minds bring about results which, if they were to be brought about deliberately, would require a knowledge on the part of the directing mind which no single person can possess? (Hayek, 1936)*

Tecidas essas considerações e citações, pode-se apresentar agora o embrião do conceito de *datum*:

*It is important to remember that the so-called "data," from which we set out in this sort of analysis, are (apart from his tastes) all facts given to the person in question, the things as they are known to (or believed by) him to exist, and not, strictly speaking, objective facts. It is only because of this that the propositions we deduce are necessarily a priori valid and that we preserve the consistency of the argument (1937)*

Hayek apelida de *datum* o dado **inapreensível por outrem** que é a essência do conhecimento humano. Sintetizando num jogo de palavras, os dados não podem ser dados (*data can not be given*): os dados evoluem. E essa evolução é um aspecto essencial para futuros desenvolvimentos de conseqüências oriundas da compreensão de como a sociedade lida com o conhecimento<sup>24</sup>. O complexo de dados insere-se em um processo evolutivo, seguindo uma determinada propagação

---

<sup>24</sup> Michael Polanyi ([1951] 2003, cap. 10) desenvolve um longo argumento matematizado sobre o policentrismo. Seu ceticismo quanto à capacidade do *datum* se tornar conhecimento sistematizado pode ser apreendido no seguinte trecho: “Se uma biblioteca do ano 3000 caísse hoje em nossas mãos, não entenderíamos seu conteúdo.”

na sociedade idealmente gerada pelo mecanismo de preços. Isto ocorre pela simples razão que os dados são continuamente mutáveis e evoluem em direção a um equilíbrio cuja trajetória é impermanente. Hayek, por estar preocupado com a *path dependence*, é defensor do livre movimento dos preços (ou indiretamente dos dados) para que eles executem devidamente a sua função primordial de guia em total equilíbrio.

Surowiecki ([2004]2006) lembra que o raciocínio de ordem espontânea oriunda de dotações informacionais assimétricas é característica daquilo que ele apelida de “sabedoria das multidões”. O algoritmo do motor de busca *Google*, denominado *page rank* e elaborado a partir da própria propensão dos usuários a acessar a página, sem intervenção central, é uma prova da efetividade deste mecanismo. Uma outra evidência seria a *Wikipedia*, cuja informação apresenta um refinamento qualitativo com o tempo e não uma degradação. No mundo não virtual, porém, a miríade de informações a serem tratadas policentricamente, precisa de algum critério diretor. Qual seria ele?

## 2.4 Preços, sinalização e equilíbrio

Hayek foi o primeiro a perceber, no âmbito dos pensamentos que o acometiam nos conturbados anos 30, que os preços são os sinalizadores da transmissão das informações em uma sociedade marcadamente estruturada pela divisão da informação. Ele apelidou esse fenômeno de *extended order society*:

*E, assim, em 1936, publiquei um pequeno ensaio, sob o título Economics and Knowledge, que resume o que eu pessoalmente considero como uma verdadeira descoberta que fiz no campo da Economia. [...] A única descoberta que fiz no campo da Economia foi o que eu denomino, de forma resumida, The Guide Function of Prices” (Hayek, 1981)*

**Os preços atuam.** Atuam como sinais sintetizando informações em uma dimensão, justamente para coordenar os seres humanos em sua ação caótica, oriunda de hiperplanos dissociados de decisão e de atuação. Tal um semáforo de trânsito, os preços unificam a percepção dos agentes e servem como guia para as futuras decisões humanas, possibilitando sua **coordenação**. Porém, diferentemente de um sinal de trânsito, os preços, ao exercer essa função

catalizadora das informações, **evoluem, adaptando-se** às circunstâncias do mundo econômico.

Hayek não foi mais longe na sua descoberta do teor informacional contido nos preços, nem no estudo das relações causais (ecoando Menger) que essas informações possibilitariam compreender. Mas ele reconhece a importância da empreitada: “To elaborate this further would be an interesting and a very important task but a task that would far exceed the limits of this paper”.

O fundamental, porém, é perceber como o conceito de equilíbrio é inerente ao de preço. Como diz o austríaco em seu *paper* de 1936, não há significado em se falar de equilíbrio, pois apenas uma pessoa isolada estaria em constante equilíbrio. De fato, uma análise de equilíbrio em estática comparativa, por exemplo, tem uma função antes de tudo operacional, feita para gerar teoremas significativos, mas aceitar que o equilíbrio é significativo em si não é boa ciência. Como salienta Samuelson em sua obra *Foundations of Economic Analysis* ([1947] 1997),

Contudo, quanto nos afastamos das unidades econômicas simples, constatamos que a determinação das incógnitas não tem relação com uma posição de extremo. Mesmo nas teorias mais simples dos ciclos econômicos há falta de simetria nas condições de equilíbrio, de forma que não há possibilidades de se reduzir diretamente o problema a uma questão de máximo ou mínimo. Em vez disso, são especificadas as propriedades dinâmicas do sistema, e formula-se a hipótese de que o sistema se encontra em equilíbrio ou em movimento “estável”. Por meio daquilo que eu chamei de Princípio de Correspondência entre a estática comparada e a dinâmica, podem-se deduzir, de uma hipótese tão simples, teoremas operacionalmente significativos definidos.

O caminho do meio, a trajetória de equilíbrio cara ao taoísmo, reaparece nas teorias ortodoxas de precificação que propõem o equilíbrio entre oferta e demanda. Porém, mais profundamente, além do simples fenômeno de oferta e demanda, o equilíbrio que o preço manifesta modifica-se evolutivamente na interação econômica entre os agentes. O equilíbrio é reestabelecido de forma constante ao longo da dinâmica que se desenvolve entre os agentes, através da interação de indivíduos no tempo e espaço. Essas mudanças constantes caracterizam o objeto de suas ações, e a projeção dessas alterações nos preços geram uma retroalimentação, de forma similar ao raciocínio da física quântica, em que o simples ato de se observar e contemplar um evento econômico altera o

evento. Dessa forma, o sistema de preços deveria ser rendido à espontaneidade dos processos econômicos – o que requer, em particular, que os sistemas que organizam a economia, como o mercado ou outras instituições, sejam livres de uma influência central superior. Quanto maior a amplitude desse desvencilhamento de influências estranhas ao sistema, quanto maior a independência do sistema a um metasistema, melhor será o funcionamento do mecanismo de transmissão de datum por via dos preços, e maior o grau de conhecimento que a sociedade consegue lidar, e, de posse desse conhecimento, mais a sociedade se adapta, evoluindo. Essa primazia do indivíduo como moldador das relações econômicas acarreta a característica subjetiva dos acontecimentos. Por isso, a vida econômica não é a interação de simples agentes representativos<sup>25</sup> da teoria ortodoxa, muito pelo contrário, a existência de indivíduos diferentes, ou seja, de subjetividades, gera toda a complexidade caótica que caracteriza o espectro do social.

Os preços são os conciliadores desses estímulos individuais. Eles sintetizam diferentes planos de agentes em um. Esses diversos planos exprimem, ou pelo menos revelam, preferências – ou seja, valores. A interação dos valores frente às contingências do mundo material, dos planos de ação limitados, são implementados, expressos, pelos preços do sistema. E quando os indivíduos agem em busca desses valores econômicos, eles estão direcionados pelos preços ou por algo mais imanente, como a sua vontade? Mas o que é a vontade e como se consolidam as preferências? É preciso constituir um arcabouço mais sólido para

---

<sup>25</sup> À primeira vista, Menger defendia um método que partisse do atomismo dos agentes, e não numa concepção orgânica. Isso leva a crer que Menger aceitaria a adoção do agente representativo, tão instrumental para os modelos teóricos matematizados da ciência econômica. Em Hayek essa possibilidade de agente representativo é rejeitada substancialmente. Na realidade, ele está apenas percebendo os imbróglios antecipadamente aos modelos ortodoxos de teoria dos jogos com múltiplos jogadores, como o conceito de equilíbrio de Nash, os de racionalidade limitada, por conta do custo de acesso a quotas informacionais e outros modelos de informação tão em voga na microeconomia atual.

abordar o problema. Por isso, recentes avanços na teoria econômica visam a compreensão do funcionamento do cérebro – e da mente humana.

*Philosophy and the subjects known as 'humanities' are still taught almost as if Darwin had never lived. No doubt this will change in time.*

*– Richard Dawkins, 1976*

*“a cause has at least as much reality as its effect.”*

*- René Descartes*

### **3. Mente e Cérebro**

No capítulo anterior foi trabalhada a idéia de ordem espontânea como fenômeno da economia, e viu-se como a trajetória rumo a concepções operacionais de equilíbrio é sinalizada através dos preços, que comportam as quotas de informações elementares subjetivas – o *datum*. Essa visão de processo econômico, fortemente pautada em valores subjetivos, tradicional da escola austríaca, necessita ser melhor fundamentada nas ciências cognitivas. Como este trabalho de história do pensamento econômico adota como fio condutor do seu raciocínio as idéias aportadas por Hayek, prossegue-se adotando a terminologia que o polímata concedeu aos eventos próprios aos **fenômenos mentais: a ordem sensorial**.

O que vem a ser a ordem sensorial? Para responder a essa pergunta, deve-se lembrar que o problema está sendo observado do ponto de vista da ciência econômica. Portanto, é válido motivar a compreensão da proximidade de nosso arcabouço com os estudos da cognição e do comportamento, destacando a importância que a ciência econômica auferiu a algumas de suas conceituações, como a incerteza e o efeito de manada. Em seguida, é preciso apropriar-se de certas terminologias da área, utilizadas particularmente na filosofia da mente: o monismo e o dualismo, as qualia, a intencionalidade e, enfim, o connexionismo. O connexionismo, em particular, será explicado à luz do livro *The Sensory Order* de Hayek.

#### **3.1 Economia Comportamental**

A importância dos aspectos comportamentais e mentais para a economia já foi evidenciada pela premiação de prêmios nobéis como Herbert Simon (1978) “for



*his pioneering research into the decision-making process within economic organizations"* e Daniel Kahneman (2002) "*for having integrated insights from psychological research into economic science, especially concerning human judgment and decision-making under uncertainty*". Adiante, destacaremos cada um desses dois aspectos:

### 3.1.1 Racionalidade limitada

A idéia essencial da racionalidade limitada é que há um custo para se recorrer às informações necessárias para se tomar uma decisão. O custo de computar a melhor decisão é freqüentemente superior ao ganho auferido pela própria decisão. Por essa razão, agentes econômicos tendem a tomar decisão heurísticamente<sup>26</sup>, sem estimar a solução ótima diretamente, a partir de um conjunto de informações restrito, pois o conhecimento dos agentes é limitado quanto à compreensão como um todo do estado de natureza ou dos jogos com outros tomadores de decisão em que ele está envolvido.

Abandonando o paradigma utilitarista de maximização constante de benefícios, pode-se entender que certas dimensões emocionais do ser humano acarretam comportamentos não maximizadores de utilidade. Herbert Simon explorou essas possibilidades em sua obra, sem portanto rejeitar o formalismo necessário ao rigor científico<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Heurística é um conjunto de regras de bolso para se alcançar uma solução ótima por interpolação, através de uma série recursiva de tentativas e erros. Técnicas de aprendizagem mnemônicas são heurísticas, como o método Kumon, por exemplo. A heurística é geralmente utilizada em Inteligência Artificial para se reconstituir sistemas adaptativos que evoluem ao longo do tempo, havendo uma aprendizagem oriunda de um feedback de acerto ou fracasso. A brincadeira de crianças de se encontrar um objeto com olhos vendados através do simples feedback de "está quente" e "está frio" é um exemplo de heurística.

<sup>27</sup> Simon utilizava a palavra "Models" como *leitmotiv* de suas obras escritas.

Simon (1978) sugere que raciocínios *a priori* de modelos econômicos do paradigma de informação perfeita não resolvem os problemas que eles próprios pretendem resolver. Frente a isso, ele sugere no lugar que se aproveite a disponibilidade de novas séries estatísticas pertinentes à problemática estudada:

*First, there has been work in the psychological laboratory and the field to test whether people in relatively simple choice situations behave as statistical decision theory (maximization of expected utilities) says they do. Second, there has been extensive psychological research, in which Allen Newell and I have been heavily involved, to discover the actual microprocesses of human decision making and problem solving. Third, there have been numerous empirical observations - most of them in the form of "case studies"- of the actual processes of decision making in organizational and business contexts. Fourth, there have been reformulations and extensions of the theory of the firm replacing classical maximization with behavioral decision postulates.*

Nesse sentido percebe-se um distanciamento do naturalismo de Menger, já velho de um século. Os avanços no campo experimental do comportamento econômico permitiram novos *insights* não disponíveis à época do *Methodenstreit*. A teoria da prospecção de Kahneman & Tversky (1979), por exemplo, partindo de constatações de comportamentos tomados por investidores, percebeu que a utilidade deve estar inserida em um ponto de referência – algo inexistente na teoria neoclássica tradicional. Por isso, não se deve falar de utilidade desfrutada por uma verta riqueza ou consumo, mas de ganhos ou perdas percentuais. Ademais, deve-se considerar o viés cognitivo que leva os agentes a temer mais as perdas do que os ganhos (efeito catraca). Por essa razão, uma função de utilidade referenciada é totalmente assimétrica. Finalmente, pequenas probabilidades tendem a ser superestimada pelo cérebro humano (como na propensão a jogar nas loterias) enquanto elevadas probabilidades são subestimadas. E tudo isso leva à constatação da existência de um “framing” – um arcabouço em que uma decisão de investimento se insere. E esse arcabouço é fruto de uma disposição mental subjetiva do indivíduo considerado. Especialmente, essa disposição é função, em grande parte, do *datum* que ele carrega consigo! O *framing* de Kahneman & Tversky é um ajuste necessário para prever as decisões econômicas, pois ele é um reflexo da existência mental dos *datum*. De fato, esse ajuste de previsão do comportamento maximizador teórico, que observou o contexto em que o agente se

insere (por exemplo, riqueza relativa a outros indivíduos), não passa de um reflexo do *datum* contido em seu atual estado mental – e pela própria natureza dos *data*, extremamente volúvel, as suas decisões se revelarão brevemente diferenciadas também.

A tecnologia permitiu a emergência de experimentos devidamente controlados frente aos múltiplos fatores a que as decisões estão submetidas, trazendo novos elementos para a análise microeconômica. Um exemplo da mudança de paradigma pode ser evidenciado no campo da administração e dos negócios: os estudos de caso são a abordagem preferida para a compreensão dos fenômenos a serem resolvidos.

As constatações acima são desenvolvidas a partir da observação do comportamento dos agentes econômicos – e por essa razão ela é identificada com a linha behaviorista das ciências cognitivas. Graças à observação heurística de ações e reações os psicólogos conseguem estabelecer um melhor quadro dos comportamentos humanos e começam a gerar previsões quanto a seus comportamentos futuros. É bom lembrar mais uma vez que essa abordagem é intrinsecamente semelhante às observações empíricas da escola historicista alemã a que os austríacos se rebelaram. Hayek ([1952]1976, cap. I-7) adverte que o problema essencial de como se processam os fenômenos mentais não é resolvido pela escola do behaviorismo (do estudo do comportamento). A validade operacional dos estudos pode perfeitamente ser posta em cheque em um ambiente diferenciado, e a essência do móbil das decisões ainda não foi compreendida: o problema do que é que faz a mente levar os seres a tomarem decisões.

*All the schools of psychology which thus claim to confine themselves to observed physical facts, are, however, in fact, always and inevitably inconsistent in their procedure: they never really avoid using knowledge which according to their professed principles they have no right to use. They almost invariably DESCRIBE the external stimuli which elicit behavior not in terms of their physical properties but in terms of their sensory attributes. (Hayek, op. cit., I.77)*

O falsificacionismo metodológico defendido por Friedman ([1953] 1984) considera esse o verdadeiro valor da ciência – gerar previsões falseáveis. Por essa razão, concede-se que o desenvolvimento da linha de economia behaviorista avançou em um grau significativo na resolução de prever o comportamento humano – e esse teor é extremamente pragmático. Porém, ao englobar apenas o

fenômeno empiricamente observável da decisão tomada, não se compreendia a natureza da decisão em si. Independente de se acreditar que essa questão é relevante para a ciência econômica, resta a pergunta crucial a ser respondida – o que causa as decisões econômicas – e, nesse sentido, a crítica metodológica de Menger ainda é pertinente.

### 3.1.2 Incerteza

A natureza da decisão econômica passa antes pela forma como se lida com a incerteza. A incerteza é primordialmente uma informação incompleta sobre o futuro, ou uma dificuldade de se atribuir probabilidades para os possíveis estados de natureza. A certeza é a conciliação do esperado com o realizado. Nesse aspecto, ela pode ser associada com um equilíbrio entre expectativas mentais e fatos reais. Um equilíbrio entre o que foi pensado e o que se realizou.

Costuma-se separar o desconhecimento do futuro em dois casos: de um lado o risco, onde é possível atribuir probabilidades a possíveis estados de natureza, e de outro lado a incerteza dita “knightiana<sup>28</sup>”, em que os próprios estados não são conhecidos, e por isso não são probabilizáveis. A diferença essencial entre as duas abordagens está no escopo do conhecimento dos estados futuros – e essa diferença influencia e retroalimenta o sistema de expectativas dos agentes.

Para explicar isso, nada melhor do que relembrar sinteticamente a Teoria Geral de Keynes. A incerteza knightiana gera a preferência pela liquidez e atitudes de entesouramento. Ela também viabiliza, de forma mais que racional, a especulação pura e simples. Ademais, a mesma incerteza faz com que a eficiência marginal do capital encontre-se subestimada e prevaleçam comportamentos próprios a serem adotados quando um indivíduo não tem acesso a (quase) nenhuma informação: seguir o resto da manada. Os efeitos dessa psicologia de

---

<sup>28</sup> Em referência a Frank Knight, professor de economia da primeira geração de Chicago que trabalhou extensivamente o conceito de incerteza em *Risk, Uncertainty, and Profit*.

massa podem acarretar, como uma profecia auto-realizável, crises baseadas essencialmente em causas psicológicas, sem correspondência real: o simples pessimismo pode derrubar o valor dos ativos das empresas, por exemplo<sup>29</sup>.

O diagnóstico básico de Keynes, apresentado no presente argumento, em muito se assemelha ao aparato da divisão da informação de Hayek: os fenômenos econômicos dependem em grande parte da concepção mental, psicológica, em que os agentes se alicerçam, e ela é perfeitamente sujeita a ciclos de retroalimentação pessimista, quando há uma crise, por exemplo.

A prescrição contida na teoria de Keynes, porém, é simetricamente oposta à de Hayek. O primeiro invoca a necessidade de um “pastor” para guiar a economia de volta a um ciclo virtuoso (um choque de política fiscal exógeno para relançar a economia). O segundo vê os preços de livre mercado como o guia ideal para a restituição da economia à sua realidade. A transmissão de informações sem perturbação – através da função de sinalização dos preços de mercado - é crucial para garantir com segurança e certeza que as decisões econômicas mais apropriadas estejam sendo tomadas pelos agentes. A intervenção estatal, para Hayek, é uma atitude dita “construtivista”: é pretensiosa e pode perfeitamente estar almejando de forma errada os objetivos errados. Isso não significa que Hayek seja um conservador: a idéia é apenas que essa intervenção está desviando os sinais do mercado, legítimos transportadores das informações que permitirão aos agentes saírem de uma crise espontaneamente.

Por qual razão os preços de mercado auxiliam necessariamente a economia, ao invés de apontar para o fundo do poço? A resposta está diretamente relacionada com a própria ontologia do conceito de incerteza – e esse diagnóstico da origem da incerteza não foi clarificado por Keynes. O advento da incerteza não trás

---

<sup>29</sup> Para maiores detalhes, ler *o magnum opus* de John Maynard Keynes, a Teoria Geral do Emprego e da Moeda (1936).

instabilidade ao sistema econômico. Na verdade, a **incerteza caracteriza o sistema econômico**, que é naturalmente desequilibrado e sujeito a instabilidades. Porém os agentes desse sistema seguem direções para uma concepção de equilíbrio própria àquele instante. E essas direções “ideais” estão sinalizadas nos preços, muito mais, certamente, do que na direção apontada pelo “pastor”. É fascinante observar como o conceito de incerteza, tão suscitado pelas linhas de pensamento herdeiras de Keynes, na verdade, está muito mais à flor da pele do pensamento do austríaco do que no keynesiano, que o elimina através de uma providência divina.

Observe-se a divisão de águas na própria compreensão dos dados e das informações: para a escola de pensamento baseada em Hayek, as informações circulam de forma melhor num sistema espontâneo, enquanto para a escola keynesiana a espontaneidade atrapalha essa difusão, pois ela difundiria indevidamente as más informações, e seria necessário uma ou várias intervenções para erguer as rédeas em uma melhor direção. Esse ceticismo frente ao mercado é a própria expressão de um pensamento conservador, que propõe uma concepção de mundo mais ideal através da intervenção econômica. Isso leva a crer que Keynes seria cético quanto à capacidade de evolução progressiva dos sistemas adaptativos da sociedade. Essa hipótese não é muito forte, e já foi defendida por vários autores<sup>30</sup>. Porém, o seu corolário é extremamente forte: de alguma forma o Estado é privilegiado por ter captado alguma informação não filtrada, não valorizada e nem disponibilizada inicialmente pelos agentes do sistema – algo que Hayek apelida de “The Pretense of Knowledge” em seu discurso do Nobel. Israel Kirzner tem uma boa mediação de idéias a essa discussão: o papel do

---

30 Essa visão de evolução conturbada é compartilhada por Jared Diamond (1987): *“archaeology is demolishing another sacred belief: that human history over the past million years has been a long tale of progress. In particular, recent discoveries suggest that the adoption of agriculture, supposedly our most decisive step toward a better life, was in many ways a catastrophe from which we have never recovered. With agriculture came the gross social and sexual inequality, the disease and despotism, that curse our existence.”*

empreendedor é de lidar com as incertezas (o que no fundo é semelhante aos *animal spirits* de Keynes). Quanto mais incerteza permeia uma economia, mais valor terá o empreendedor que se arrisca no desconhecido, de posse apenas do seu conjunto de informações (seu pool de *datum*, o conjunto dos dados que lhe são privativos).

Observe-se que o pensamento de Keynes não se verteu em demasia à compreensão da natureza subjetiva do conhecimento – o que caracteriza uma vista grossa à mensagem central do pensamento liberal, e por essa razão ele não apreendeu a penalidade evolutiva a que se submete um sistema de preços de uma ordem construída, não espontânea. A inclusão dessas duas searas do seu campo de análise provavelmente o levaria a propor prescrições de política econômica simetricamente opostas às que ele estabeleceu: uma compreensão da natureza do conhecimento subjetivo acarreta uma necessidade de descentralização dos processos de transmissão desse conhecimento, os quais são realizados em grande parte pela função de sinalização dos preços. Para compreender melhor o trânsito de informações, faz-se imperioso estabelecer um estado das artes de como são tratados os dados pela “consciência” humana. E é essa compreensão que será aprofundada adiante.

### **3.2 Conceitos de Filosofia da Mente**

Desde o prefácio de seu livro *“The Sensory Order”*, Hayek traceja as seguintes linhas:

*“Since this book is concerned with some of the most general problems of psychology, I fear that to many contemporary psychologists it will appear to deal more with philosophical than with psychological problems; but I should be sorry if they should regard it for that reason as falling outside their province.”*

De fato, dos anos 50 até hoje, se consolidou uma área específica da filosofia (incipiente até então), que é a filosofia da mente. Os problemas de filosofia da

mente são suscitados no próprio escopo da psicologia, mas seu tratamento metodológico é mais propício a *gedankenexperiments*<sup>31</sup>(exemplos práticos mas hipotéticos criados especificamente para abordar um conceito ou assunto) do que certas linhas de pensamento da psicologia, como o behaviorismo, que abordam as reações comportamentais. Pode-se dizer que os problemas são comuns – e devem ser vistos como pertencentes à mesma província, como Hayek quis ressaltar – porém eles adotam metodologias diferentes.

Para seguir mais longe, é preciso conceituar certos termos próprios à filosofia da mente: dualismo e monismo, qualia e intencionalidade. Edward Feser (2006) delinea o conceito de *qualia* como sendo as qualidades subjetivas das experiências mentais, e o de intencionalidade como a propriedade de um fenômeno mental ser direcionado a um objeto. Feser frisa em seguida como ambos estão subjacentes à concepção mental desenvolvida por Hayek. O domínio dessa terminologia é útil para o problema desse trabalho, pois possibilita sistematizar e taxonomizar o pensamento sobre certos conceitos e, com isso, reportá-los à “Ordem Sensorial”: ao discorrer sobre o conexionismo proposto por Hayek, buscase conciliar a terminologia adotada na época em que ele escreveu sua obra à adotada nos dias de hoje, com a consolidação da filosofia da mente como ramo central da filosofia analítica.

### 3.2.1 Dualismo e monismo

A primeira divisão essencial para se compreender as discussões que envolvem mente e cérebro é justamente a crença na existência de cada um deles. No âmago da filosofia da mente, está o problema da mente e do corpo: existe uma mente? existe um cérebro? qual é a sua relação?

---

<sup>31</sup> Dennett (1988) ecoa a pertinência do uso de *gedankenexperiments*, que ele apelida de *intuition pumps*: “Rigorous arguments only work on well-defined materials, and, since my goal is to destroy our faith in pre-theoretical or ‘intuitive’ concept, the right tools for my tasks are intuition pumps, not formal arguments.”



No dualismo, aceita-se a separação ontológica de mente e cérebro. Ou seja, eles são entidades separadas. A principal característica dessa linha é acreditar na existência não-física da mente. O senso comum aceita comumente essa visão, mas isso implica a aceitação de fenômenos metafísicos, o que não se enquadra nos moldes metodológicos da filosofia analítica moderna. A seguir são apresentadas essas visões, das mais simpáticas à mente às menos.

Classifica-se o dualismo nas seguintes espécies:

- O dualismo do paralelismo psicofísico, onde a mente e o cérebro são entidades dissociadas, mas paralelas, sempre em estados equivalentes, em constante espelhamento;
- O dualismo de interação ou de substância, que admite que há uma substância mental que provoca efeitos causais no cérebro e, assim, no mundo físico ou, inversamente, substâncias do mundo físico e do cérebro podem provocar efeitos na mente;
- O dualismo de propriedades, em que uma dada disposição da matéria física (como uma disposição similar ao de um cérebro humano) permite a emergência de uma mente autônoma do mundo físico<sup>32</sup>. Só há um tipo de substância física no mundo, mas ela pode originar propriedades mentais tanto quanto propriedades físicas.
- O dualismo epifenomenal, que considera a mente um fenômeno periférico, ou seja, que reflete os acontecimentos do mundo físico de modo secundário, sendo apenas uma projeção sem capacidade de gerar outros efeitos causais, tal qual uma sombra;

---

<sup>32</sup> Filmes clássicos de ficção científica de Inteligências Artificiais que tornam-se auto-conscientes (*self-aware*) subitamente são exemplos de emergência da mente nos moldes do dualismo de propriedade (e.g. Terminator, 2001 Uma Odisséia no Espaço).

No monismo, acredita-se que mente e cérebro são uma só entidade. Estritamente, a diferença entre os dois é unicamente lingüística, sendo que essencialmente eles são uma coisa só, apresentando uma única instância existencial. Essa visão é mais aceita pela comunidade filosófica por não requerer suposições metafísicas.

Dentre o monismo, destaca-se:

- O monismo idealista, que supõe não haver cérebro nem eventos físicos, e tudo é fruto do mental<sup>33</sup>;
- O monismo panpsiquista, sendo que estados físicos se fundamentam em causas mentais;
- O monismo neutro, em que mente e cérebro são redutíveis a uma substância essencial;
- O monismo emergentista, onde novos níveis de complexidade conferem novas propriedades aos estados físicos da natureza, as quais emergem, em função da evolução do sistema, de forma diferenciada, mesmo que em configurações físicas semelhantes;
- O monismo fenomenalista, que germinou da escola filosófica fenomenológica, em que os sentidos só têm acesso a representações, e por isso não se pode especular que mais que isso exista dentro da nossa realidade. A fenomenologia não reduz ontologicamente a mente a eventos físicos, mas para fins práticos ela deve se pautar em eventos físicos observáveis para desvendar os fenômenos mentais;
- O monismo fisicalista, separado em:

---

<sup>33</sup> Pode-se ilustrar essa posição com o simulacro à la Baudrillard representado em technicolor no filme Matrix.

- Behaviorismo, em que a mente é compreendida como um conjunto de comportamentos e disposições observáveis e verificáveis cientificamente;
- Teoria da identidade, sendo que um estado mental é exatamente o mesmo que um estado físico do cérebro, havendo identidade entre eles;
- Funcionalismo, defendendo que as características do mental são relações funcionais da sua estrutura física, desempenhando papéis específicos, independente da sua essência física;
- Fisicalismo não-reducionista, ou monismo anômalo, em que se aceita o aspecto fisicalista da mente, mas sem reduzi-la a um comportamento observável (como no behaviorismo), a um estado cerebral (como a teoria da identidade) ou a relações funcionais (como o funcionalismo). Geralmente essa linha aceita a superveniência de um estado mental causado por um estado físico, o que remete ao dualismo epifenomenal;
- O monismo do materialismo eliminativo radical, que propõe a total rejeição da idéia de mente criada pelo senso comum, e reduz a mente a uma estrutura de rede neural conectada de tal forma que ela provoca a consciência ou pelo menos a sua sensação.

### 3.2.2 *Qualia*

**Qualia** são as sensações subjetivas, experimentadas naquilo que chamamos comumente de mente, que são inapreensíveis por outros seres vivos: por ser uma sensação, ela é interna ao ser. Por exemplo, a tonalidade verde pode ter características físicas objetivas, como o seu comprimento de onda, mas isso não

exclui o fato de que esse comprimento de onda ao ser processado por um cérebro esteja gerando uma percepção sensorial na mente de um indivíduo totalmente diferente daquela que seria gerada por outro cérebro, na mente de outro indivíduo.

Qualia constitui um problema familiar para a economia, pois desde a aurora do século XIX a filosofia mundana tratava dos “utis”. Como a utilidade é uma experiência subjetiva de um indivíduo, não é possível mensurar a sensação de felicidade do indivíduo A frente à do indivíduo B. Não é possível saber se a felicidade ou utilidade experimentada pela ingestão de banana pelo indivíduo A é equivalente, superior ou inferior à sensação proporcionada pela ingestão de bananada pelo indivíduo B. Na verdade o problema vai muito mais além: mesmo que a preferência revelada pelo padrão de escolhas do indivíduo A possa ser comparada à do indivíduo B ordinalmente, no fundo, essas atitudes comportamentais não dizem nada sobre a sensação subjacente - e talvez pode-se estar comparando sensações no cérebro cuja natureza é totalmente diferente. Por isso houve um estratagema de proteção do utilitarismo, trocando felicidade por satisfação de desejos, desejos que comportam dimensões mais vastas que a proposta hedônica inicial de Bentham.

Inevitavelmente, as teorias da mente precisam lidar com o problema que emerge com as qualia. Por não haver possibilidade de verificar empiricamente a sua ocorrência – dada a sua natureza intrinsecamente subjetiva – os filósofos recorrem a *gedankenexperiments* para aceitar ou rejeitar a existência das qualia. Particularmente, quanto mais fisicalista a visão do filósofo – ou seja, quanto menos ele aceita a idéia de mente – menor a sua propensão a aceitar que qualia possam existir. Um exemplo de pensador fisicalista funcionalista do tipo darwinismo neural é Dennett (1991 cap.12), que tenta afugentar rechaçar definitivamente a idéia de qualia, *“a tormented snarl of increasingly convoluted and bizarre thought experiments, jargon, in-jokes, allusions to putative refutations, “received” results that should be returned to sender”*. Sem adentrar as tecnicidades, a essência do seu argumento – cujo objetivo ele mesmo qualifica de “subversivo” - pode ser captada no trecho a seguir (Dennett, 1988):

*(...) what we do when we seem to ostend , with the mental finger of inner intention, a quale or qualia complex in our experience: We refer to a property – a public property of uncharted boundaries – via reference to our personal idiosyncratic capacity to respond to it. That idiosyncrasy is the extent of our privacy. If I wonder whether your blue is my blue, (...)I can coherently be wondering whether our discrimination profiles over a wide variation in conditions will be approximately the same. And they may not be; people experience the world quite differently. **But that is empirically observable by all the usual objective testing procedures.**"(grifou-se)*

Ora, porque citar a perspectiva desse pensador em particular? Porque o conjunto das posturas que ele assume em relação aos problemas presentemente relacionados sobre a mente pode ser considerada uma herança daquela que Hayek propõe. Não é o mesmo pensamento, obviamente. Mas Dennett parte do mesmo arcabouço funcionalista e evolutivo, levando vários passos adiante as suas implicações. Isso será explicitado mais adiante. Antes, porém, é preciso evidenciar a discussão mais importante de todas na filosofia da mente.

### 3.2.3 Intencionalidade

A intencionalidade é o direcionamento que um fenômeno mental apresenta. Sua etimologia denota uma tensão com algo, e por essa relação um apontamento, uma indicação portada sobre um determinado objeto. A palavra “gato”, destituída de intencionalidade, é um amálgama de quatro letras sem significado. Porém, quando inserida na mente humana e decifrada por via de um código de linguagem como o português, ela designa um animal de quatro patas, mamífero, felino, possivelmente peludo. É graças à intencionalidade que se constitui o significado da linguagem. (Feser, 2006) A descrição da sensação intencional de mesa, cadeira, projetor, notebook, quadro branco é diferente da descrição simples de impulsos neurais cerebrais, de serotonina e outras enzimas circulando em neurônios.

O primeiro filósofo moderno a cunhar o termo “intencionalidade” foi Brentano. Os seus escritos abriram as portas para a fenomenologia. Essa linha de pensamento surgiu no século XIX para resolver o problema de aproximar a compreensão de uma visão subjetiva a critérios objetivos, o que perpassa pela sua concepção de que o conhecimento subjetivo pode ser apreendido objetivamente pela observação, por qualquer sujeito, dos fenômenos. Essa epistemologia a *grosso*

*modo* pode ser relacionada<sup>34</sup> ao problema ontológico de mente e cérebro tratado aqui: no fundo ela propõe a análise dos fenômenos físicos emanentes para compreender o ordenamento mental, sendo que essa observação deve ser levada a cabo pelo sujeito. A fenomenologia é uma tentativa de eliminar a dualidade existente entre a mente e o cérebro. Ela constata positivamente a dualidade, não é reducionista, mas busca normativamente eliminar essa cisão por razões práticas. Por isso, ela é classificada como monismo ontológico, conforme visto acima. Exemplo disso é o uso do conceito de intencionalidade pelos fenomenologistas que exige que a mente tenha um certo grau de dissociação do cérebro – essa constatação tende (aparentemente) a por em cheque as visões monistas. De fato, Brentano dizia que o que diferencia o mental do físico é justamente a intencionalidade.

Searle (1998) coloca as problemáticas que surgem com esse conceito: Como explicar essa característica a partir de fenômenos biológicos? Como se dá a estrutura da intencionalidade? Qual é o papel da intencionalidade na estrutura do mundo real? Searle também nota que nem toda sensação mental é intencional: a ansiedade, por exemplo. Por isso, deve-se ter cautela em não reduzir estados mentais a intencionalidades. Ou seja, a intencionalidade é suficiente para a existência do mental, mas não é necessária. Searle é notável por ter exposto em 1980 o argumento do Quarto Chinês: um computador processa entradas de caracteres chineses, respondendo na saída com outros caracteres chineses de tal forma que ele aparenta poder conversar. Digamos que ele tem o programa completo, deveras complicado, de “como conversar em chinês” e um ser humano fluente em chinês considera qualquer diálogo que ele envida com esse computador como inteligível. Aparentemente, esse programa de computador conseguiu estabelecer uma inteligência artificial. Porém, veja o que acontece se mudarmos um detalhe: suponha agora que não há mais computador, mas uma pessoa em seu

---

<sup>34</sup> Abrantes (1998) mostra como as imagens de natureza (ontologia) e as imagens de ciência (epistemologia) se influenciam mutuamente.

lugar, que pega uma versão desse programa (em uma língua que ela compreenda a priori) e fica processando caracteres chineses de entrada e gerando saídas seguindo essa programação, da mesma forma que o computador fez. Isso implica que essa pessoa compreende chinês de fato? Ou ela está operando uma função sintática sem entender absolutamente nada do que os caracteres representam, ou seja, sem conteúdo semântico (sem intencionalidade)? A sintaxe do programa é desprovida de significado. Por esse *gedankenexperiment*, Searle afirma que máquinas podem simular uma inteligência artificial, mas não alcançam a compreensão do que fazem – o que ele apelida, nos moldes desse exemplo, de impossibilidade de haver uma “*Strong Artificial Intelligence*”.

Dennett (1995, cap. 14) discute amplamente, através de uma série de *gedankenexperiments*, como o conceito de significado que permeia a intencionalidade é apenas derivado de outros significados, os quais, por sua vez, também podem ser derivados de outros significados, e assim por diante, seguindo uma evolução de bilhões de anos. Porém, na origem, intrinsecamente, só existem os processos causais sem significado, efetivados como estruturas físico-químicas estáveis e com capacidade de replicação<sup>35</sup>. Colocando de outro modo, a intencionalidade humana refere-se, em ordens<sup>36</sup> mais elevadas, apenas a disposições transitórias de processos neuroquímicos sem significado. Esse argumento rechaça possibilidades metafísicas de sustentar uma argumentação sobre intencionalidade. É de se observar, porém, que nesse caso Dennett aceita a existência de intencionalidade, a partir do momento que seja compreendido que ela é uma manifestação **funcional** de um processo evolutivo.

---

<sup>35</sup> Cf. Dawkins (1976, cap. 2)

<sup>36</sup> A ordem de um sistema lógico é ditada pelo número de auto-referências que ela pode fazer. Um sistema que não permite auto-referência é dito de primeira ordem. Quando o sistema possibilita uma auto-referência, ele é apelidado de segunda ordem, e assim por diante.

### 3.3 A Ordem Sensorial

Retornando ao pensamento de Hayek, em particular à sua epistemologia, pode-se entender a concatenação das idéias que ele desenvolve através da colocação de Steele (2002), que defende como

*Friedrich Hayek's theory of mind is shown to have anticipated modern conceptualizations in **neurology, psychology and artificial intelligence** research. That theory is also a basis for the fullest understanding of Hayek's intellectual contributions in economics, epistemology, ethics, jurisprudence and politics.*

Ou seja, para compreendermos a totalidade do pensamento de Hayek sobre uma teoria unificada da ação humana, ou seja, sua *praxeologia*<sup>37</sup>, é essencial destacarmos os elementos básicos contidos na sua obra de psicologia. Mas qual foi a trajetória intelectual que ele seguiu nesse quesito específico de epistemologia? Na introdução de seu livro, Hayek já cita inicialmente o físico Ernst Mach, que era profundamente influente na escola do positivismo lógico vienense.

Hayek se interessou por psicologia antes mesmo de enveredar na economia, já nos anos 20. À época, ele escrevera um rascunho com idéias tais que alcançavam uma resposta – mas ele não sabia a qual pergunta. Deve-se equacionar que a tradição do conjunto das linhas de pensamento da escola de pensamento econômico austríaca em que ele enveredou após conceber as linhas iniciais desse projeto é especialmente propensa a estudos epistemológicos, mantendo-o em sintonia com a mesma órbita de preocupações filosóficas do círculo vienense. Talvez a concepção radicalmente subjetivista do processo de formação das decisões do ser humano - herança do pensamento de Carl Menger através da sua radicalização por Ludwig Von Mises - tenham contribuído para Hayek delinear certas idéias quase que Kantianas dessa obra.

---

<sup>37</sup> Esse termo é caro ao professor e colega Mises, que escreveu o livro *Human Action*, obra cuja proposição é desvendar a *praxeologia* inata da vida econômica do ser humano.



Porém, o naturalismo<sup>38</sup> que ele extrai dessa corrente não é totalmente pasteurizado: já nos anos 20 ele tinha pés atrás com a postura ultra-verificacionista desse pensamento. Isso está evidenciado no seguinte testemunho sobre Wittgenstein, seu primo de segundo grau (Ebenstein, 2003, cap. 10):

*In a personal biographical recollection, Hayek remarked of Wittgenstein (grandson of a sister of one of Hayek's maternal great-grandfathers) and the intellectual milieu in Vienna that, on his first substantial contact with Wittgenstein in 1918, when both were officers in the Austrian army: "What struck me most in this conversation (with Wittgenstein) was a radical passion for truthfulness in everything (which I came to know as a characteristic vogue among the young Viennese intellectuals of the generation immediately preceding mine...). This truthfulness became almost a fashion in that . . . group . . . in which I came so much to move. It meant much more than truth in speech. One had to 'live' truth and not tolerate any pretence in oneself or others. . . . Every convention was dissected and every conventional form exposed as fraud. Wittgenstein merely carried this further in applying it to himself."*

Pode-se dizer que Hayek evoluiu nesse processo até 1943, quando ele fincou de modo definitivo o seu distanciamento da visão tradicional do positivismo – e, com isso, de Ludwig Von Mises (Ebenstein, op. cit.).

*Hayek thought that the social sciences are capable of greater knowledge than the natural. He wrote in "The Facts of the Social Sciences" in 1943—after, significantly, his "Economics and Knowledge" essay, which he considered to have constituted his decisive breakthrough and departure from Mises (though Mises, as already noted, did not think this): "While at the world of nature we look from the outside, we look at the world of society from the inside." Because we look at the world of society from, in Hayek's view, the "inside," we are capable of more knowledge of it than of the external world of nature.*

A partir desse momento, Mises e Hayek se deshomogeneizam – essencialmente na sua dimensão epistemológica<sup>39</sup>. Feijó (2000, p. 131) lembra que

---

<sup>38</sup> Lembre-se que a proposta inicial do positivismo era de aproximar os fatos sociais de uma sistematização mais afim às ciências naturais – e que adotasse o mesmo método de análise. Daí a influência do físico Ernst Mach.

<sup>39</sup> Pode-se dizer que isso gerou um reflexo para as prescrições de política econômica: a partir dos anos 50, Hayek é menos radical em seu liberalismo do que Mises. Numa esfera mais relacionada à compreensão do sistema econômico, Salerno (1992) delinea duas vertentes do pensamento mengeriano: Mises subscreve-se à tradição de Bohm-Bawerk, enquanto Hayek está na

na verdade, Hayek nunca aceitou o apriorismo metodológico de Mises e designa a praxeologia de Mises como um subjetivismo racionalista radical, enquanto o pensamento de Hayek pode estar associado a um subjetivismo evolucionista. No primeiro, há um “abismo” separando o mundo subjetivo do objetivo. Hayek, porém, tenta construir uma ponte “e procura investigar a relação entre eles” – o que está evidenciado em várias de suas obras, em particular no “Use of Knowledge in Society”:

“(…) o verdadeiro conhecimento subjetivo que explica os processos sociais não está centralizado em uma única mente pois ele se encontra disperso e fragmentado em um grande número de consciências individuais. **O mercado desempenha uma função epistêmica** ao processar e difundir a parte relevante do conhecimento individual de cada um de seus participantes, emitindo sinais que guiam a ação dos demais e que funcionam como uma síntese entre todas as particularidades individuais do conhecimento disperso. (Grifou-se)(Feijó, op.cit., p. 132)”

Os referidos sinais obtidos heurísticamente são expressos, conforme vimos no capítulo 2, pelos preços. E eles alinham o mundo objetivo ao subjetivo – aproximando a teoria que o agente tem do mundo do seu universo cognitivo. Há um teor empírico central, e a mente é fundamental para elaborar a classificação que, em Mises, é unicamente introspecção e “interpretação hermenêutica de significado”.

Feijó (op. cit., p. 210) associa o dualismo ontológico de mente e cérebro de Hayek ao pensamento apresentado por Popper & Eccles ([1985] 1995), “*The Self and its Brain*”<sup>40</sup>, citando o interacionismo entre mente e cérebro no seguinte trecho “parece que se adotarmos um ponto de vista darwiniano e admitirmos a existência

---

linhagem de Wieser e hoje é representado por Kirzner. Os primeiros assumem que o equilíbrio é uma condição *ex-ante*, e por isso, os preços servem para coordenar a sociedade *ex-post*, que, para não degenerar no caos. Os segundos, por sua vez, assumem que os preços são uma condição *ex-ante*, por trazerem teores informacionais, permitem a coordenação de planos decisórios para descobrir e atingir um estado final desejável, um equilíbrio *ex-post*.

<sup>40</sup> É notável a tendência de cientistas de diversas origens gravitarem em direção a escrever sobre epistemologia e filosofia da mente.

de uma consciência evolutiva, somos levados ao interacionismo”. A influência recíproca entre Hayek e Popper pode ser melhor compreendida pela sua forte amizade, já erigida nos anos 20, e sua extensa correspondência. Hayek (1973, vol. I, p. 16) mostra, mais ao final de sua epopéia intelectual, seu total endossamento ao falsificacionismo metodológico, tal como erigido por Popper: *“Fruitful social science must be largely a study of what is not”*<sup>41</sup> e logo depois *“All scientific knowledge is knowledge not of particular facts but of hypotheses which have so far withstood systematic attempts at refuting them”*. O seguinte trecho de *The Constitution of Liberty* também merece destaque:

*“I do not wish to underestimate the merit of the persistent and relentless fight of the eighteenth and nineteenth centuries against beliefs which are demonstrably false. But . . . extension of the concept of superstition to all beliefs which are not demonstrably true lacks the same justification and may often be harmful. That we ought not believe anything which has been shown to be false does not mean that we ought to believe only what has been demonstrated to be true.”* Ebenstein (2003, cap. 10) apud Hayek (1960)

Em outros aspectos, no entanto, Hayek e Popper podem ter epistemologias discordantes. Em uma comparação exaustiva entre *The Road to Serfdom* e *The Open Society*, O’Hear (2006) menciona que *“Hayek latter criticized what he took to be Popper’s excessive rationalism, according to which rationally thinkers Will not submit blindly to any tradition (Hayek 1988, p. 61)”*. O’Hear assume que Popper é kantiano em relação aos valores – ou seja existem *a priori* que são universais. Daí sua idéia de *Open Society*, em que os seres são indivíduos Kantianos, responsáveis, livres de nacionalismos ou de raízes conservadoras. Por outro lado, toda a escola austríaca abarca um subjetivismo de valores bem distante de Kant.

Em outra taxonomia, como pode ser vista a ontologia dos austríacos em relação a Kant? Ebenstein (2003, cap. 10) coloca que *“Hayek ultimately followed Kant in his ontological conception of reality—he thought that mind impresses order*

---

<sup>41</sup> Vernon L. Smith citou essa frase, em uma palestra denominada “Hayek and Experimental Economics”, tendo exclamado “Wow, what an insight!”. Um grande elogio vindo de um especialista em economia experimental.

on existence”. Isso é, na verdade, o pensamento de Mises. Feijó (2000, p. 145) é mais cauteloso com os conceitos Kantianos em Hayek:

“Kant acreditava que o conhecimento do fenômeno seria obtido pelo uso de categorias a priori do pensamento, no entanto Hayek não enfatiza categorias mas o modo como a estrutura sensorial permite a obtenção de conhecimento. As categorias de Kant são atemporais e universais enquanto a ordem sensorial muda constantemente ao sabor do acúmulo de percepções passadas. Há em Hayek uma interação da mente com os fenômenos que submete a ordem sensorial a avanços evolutivos, condicionando as mudanças no conhecimento humano. Começamos a esclarecer, portanto, porque denominamos a sua epistemologia de “subjetivismo evolucionista”.

Essa intelecção problemática do ser humano quanto aos aspectos efetivamente presentes na substância imbuída em sua realidade pode ser ainda mais preocupante dentro de uma visão evolucionista, pois *“the conventional view that natural selection favors nervous systems which produce ever more accurate images of the world must be a very naive view of mental evolution.”*<sup>42</sup>

Hayek só viria a sistematizar as suas respostas à filosofia da mente em um livro publicado em 1952, “A Ordem Sensorial”, central para a presente dissertação: essa obra pode ser vista como o pilar de todo o pensamento epistemológico, psicológico e metodológico do Vienense. O título da obra aparentemente remete à expressão da “Ordem Espontânea”, mas Hayek não se arriscou, pelo menos até o momento em que publicou o livro, a transpor diretamente para a esfera econômica os seus *insights* psicológicos. Ele finalmente Hayek descobriu de que maneira devem ser formuladas as perguntas às respostas que ele alcançou: *“What is mind? What is the place of mind in the realm of nature?”* O problema colocado por Hayek não difere das discussões já apresentadas nesse capítulo, em particular o problema essencial de se definir mente e cérebro. No âmago da sua teoria, está a importância das **conexões fisiológicas** para instanciar os fenômenos mentais. **A mente ordena**. Uma ordenação mental de eventos fisiológicos, os quais seguem uma

---

<sup>42</sup> Dawkins (1976) prefácio da 1ª ed. por Robert L. Trivers.

determinada configuração, disposição. A seguir está reproduzido um longo trecho do capítulo 2 – *An Outline of the Theory*, seção 5 – *The Central Thesis* - para maior familiarização com as idéias postuladas:

*The point on which the theory of the determination of mental qualities (...) differs from the position taken by practically all current psychological theories is thus the contention that the sensory (or other mental) qualities are not in some manner originally attached<sup>43</sup> to us, or an original attribute of, the individual physiological impulses, but that the whole of these qualities is determined by the system of connexions by which the impulses can be transmitted from neuron to neuron; that it is thus the position of the individual impulse or group of impulses in the whole system of such connexions which gives it its distinctive quality; that this system of connexions is acquired in the course of the development of the species and the individual by a kind of experience or learning; and that it reproduces therefore at every stage of its development certain relationships existing in the physical environment between the stimuli invoking the impulses.*

*(...) we do not first have sensations which are then preserved by memory, but it is a result of physiological memory that the physiological impulses are converted into sensations. The connections between the physiological elements are thus the primary phenomenon which creates the mental phenomena. (Hayek [1952] 1976, 2.49)<sup>44</sup>*

Este mecanismo conectivo é hoje conhecido em psicologia como **conexionismo**. A memória e o pensamento formam um único processo. Para cada dada configuração da rede neural, ou seja, para uma certa disposição dos neurônios uns aos outros dentro do campo cerebral, define-se um estado mental. A informação é o peso sináptico dos neurônios dentro da rede. O aprendizado é um ajuste desses pesos. Hayek admite que o conhecimento *a priori* é unicamente instrumental (*means*) – quais sejam, a capacidade de aquisição de conhecimento

*A certain part at least of what we know at any moment about the external world is therefore not learnt by sensory experience, but is rather implicit in the means through which we can obtain such experience; it is determined by the order of the apparatus of classification which has been built up by pre-sensory linkages. What we experience consciously as qualitative attributes of the external events is determined by relations of which we are not consciously aware but which are*

---

<sup>43</sup> É notável desde já o prenúncio das idéias avançadas por Dennett (op. cit.)

<sup>44</sup> Hayek relembra nesse trecho que essa idéia já havia sido escrita em um rascunho preliminar de 1920, o que demonstra a primazia temporal delas frente no escopo de outras descobertas múltiplas relacionadas a esse conceito conexcionista.

*implicit in these qualitative distinctions, in the sense that they affect all that we do in response to these experiences. (op. cit., 8.10)*

Hayek tem consciência do problema kantiano de que filtramos o mundo através dos nossos sentidos: a percepção que temos do mundo ao nosso redor é apenas um véu. Hayek tem consciência disso, e não dá importância explícita à capacidade do cérebro reconstituir fielmente a realidade:

*“if the “account of the determination of mental qualities which we have given is correct, it would mean that the apparatus by means of which we learn about the external world is itself the product of a kind of experience.”<sup>45</sup>”*

A realidade é tratada pela percepção que o cérebro nos trás dela. Essa reminiscência da ontologia Kantiana leva a crer que para Hayek o conhecimento não tem uma essência própria, mas é apenas a composição de estados mentais constantemente mutáveis em função da evolução. O conhecimento objetivo, por esse espelho Kantiano, não pode ser obtido. Portanto, na essência, os seres humanos lidam unicamente com dados subjetivos – e seu elemento primordial é o *datum*.

A idéia de *datum* de que Hayek falava em seus outros escritos transparece aqui e merece ser equacionada. Conforme visto anteriormente, o *datum* é o dado subjetivo, conhecido apenas pelo indivíduo, e impossível de ser compartilhado. De fato, a sua expressão física é a “disposição” (física, química, elétrica, etc.) de um conjunto (a totalidade ou uma parcela<sup>46</sup>) dos neurônios do indivíduo. Esse tipo de visão de rede neural é bem semelhante à teoria da mente defendida pelos filósofos Paul e Patricia Churchland. Essa disposição significa que deve ser considerada a relação dos estados de cada uma das células neurais uma com a outra. É um *framing*<sup>47</sup> neural. Essa compreensão da natureza do conhecimento subjetivo evidencia a sua intransmissibilidade: ela depende de uma disposição cerebral não reconstituível

---

<sup>45</sup> Observe como isso é consistente com as constatações de Herbert Simon.

<sup>46</sup> Feser (2006) adota a expressão “bundle” para explicar o conceito.

<sup>47</sup> Adaptando a terminologia de Kahnemann & Tversky para essa situação.

num cérebro de outra pessoa, caso ele-mesmo não seja idêntico ao primeiro, não somente em sua substância, como em suas propriedades. De fato, os pesos sinápticos já podem estar previamente reforçados em outros tipos de disposições nesse cérebro receptor. Isso posto, Hayek vai mais adiante em sua teoria conexionista:

*An individual's behaviour is based upon the assumption that his or her sensory order is both safe and similar to that of organisms with which he or she associates. To remain safe, knowledge must be continuously revised at two levels: (i) 'we not only establish new relations between the data given within a fixed framework of reference' but (ii) 'we are led to adjust that framework itself' (op. cit., 8.17).*

Não é estritamente o peso dos dados obtidos que define o seu estado mental, mas sim o contínuo processo de reajuste do arcabouço em que surgem suas sensações. Como visto, o arcabouço é o meio de obtenção dos dados, que o classifica via conexões com determinados pesos – e essa instrumentalização mental pode ser apelidada de conhecimento.

Em seguida, ele distingue dois tipos de conhecimentos e destaca a sua interação através do processo de classificação, o qual é diretamente associável à heurística e às experiências reforçantes de aprendizado:

*In this manner, a priori knowledge of one kind (pre-sensory linkages, which precede all conscious experience) becomes augmented by a priori knowledge of a second kind (i.e. objective knowledge or 'science'), as classifications based upon 'immediately given sensory qualities' are replaced by those 'defined in terms of consciously experienced relations' (op. cit., 8.21).*

Isso não leva a outros conceitos, evidenciados por Schlick e Russell. Eles acreditam que não se pode conhecer a natureza intrínseca do mundo exterior, apenas se pode *deduzir* uma estrutura relacional. Porém, eles não transporam isso para o mundo interior – as pessoas conseguem no máximo realizar uma *introspecção* – conceito que pode ser remitido à lógica pura da escolha racional da escola austríaca. Hayek aceita esse estruturalismo e vai mais além: ele vale também para a estrutura da mente. E o conceito de estruturalismo é o primeiro passo para aceitar o **funcionalismo**.

Feser (op.cit., p. 294-299) diz que Hayek foi pioneiro em postular a mente de modo funcional. Putnam, por exemplo, formularia esse conceito apenas em 1975 em *Mind, Language and Reality*. A idéia básica é que há uma função injetora do físico ao mental: a causalidade de um determinado estado físico na percepção empírica de um indivíduo é diferente da percepção de um outro estado nesse mesmo indivíduo. De toda forma, são os sentidos que apreendem o mundo físico – através da visão, do tato, da audição, etc. O fenômeno é essencialmente físico. Essa visão é uma consequência do naturalismo, a posição filosófica que diz que tudo o que existe é físico - não há um mundo metafísico. Isso é, ela defende que a mente está na natureza, pode ser delineada como um fenômeno físico (vulgarmente chamado de material) e provavelmente pode ser localizada no cérebro. É uma posição monista cunhada de reducionista pelos críticos.

Porém, Hayek inova nesse aspecto, mais uma vez. Ele admite que um estado mental pode causar um outro estado mental, apelidado de estado de segunda-ordem, um meta-estado mental. Isso implica que a concepção da ordem sensorial de Hayek pode ter causalidade dentro dela mesma, ela não é um mero epifenômeno – o que é perfeitamente conforme à *folk psychology*. Essa possibilidade está intrinsicamente ligada à idéia de rearranjo do arcabouço de conhecimento *per se*, conforme já foi explicado. A idéia de causalidade de ordens superiores é extremamente importante para a formação de intencionalidades e para o argumento que será apresentado mais adiante, no capítulo 4.

Por hora, é importante perceber que Hayek dá um fortíssimo argumento para resolver o problema inerente à existência de *qualia* (a dificuldade delas serem explicadas em termos objetivos), sem, porém, recorrer a hipóteses metafísicas sobre a mente! Conforme Feser (2008, p. 298-299),

*We are, in Hayek's view (as in Kant's view), never acquainted with anything but representations, whether of the external world or the **internal world**. In particular, we never encounter any intrinsic properties of the mind that could be said to be distinct from the properties of the brain.*

A adoção de um certo funcionalismo ontológico em Hayek não acarreta necessariamente um monismo fisicalista, muito menos um monismo eliminativo



materialista que os Churchlands defendem. Ele só pode ser associado a essas visões de modo pragmático. Ontologicamente, pode-se classificar Hayek, para fins práticos, como um dualista – como o faz Feijó. Por exemplo, do lado epistemológico, ele compartilha a idéia de Descartes e de Kant que assume que nosso conhecimento do mundo exterior passa pelo véu dos sentidos, e pode estar totalmente distorcido. Porém, Hayek reconhece que ontologicamente mente e cérebro são um só – e nesse sentido ele é um monista. Isso está evidente no seguinte trecho do capítulo final de “The Sensory Order”:

*While our theory leads us to deny any ultimate dualism of the forces governing the realms of mind and that of the physical world respectively . . . we shall never be able to bridge the gap between physical and mental phenomena; and for practical purposes . . . we shall permanently have to be content with a dualistic view of the world. (Hayek, op. cit., 8.46)*

*The conclusion to which our theory leads is thus that not only mind as a whole but also all individual mental processes must forever remain phenomena of a special kind which, although produced by the same principles which we know to operate in the physical world, **we shall never be able to fully explain in terms of physical laws.** (...) we shall have permanently to be content with a **practical dualism**, a dualism based not on any assertion of an objective difference between the two classes of events, but on the demonstrable limitations of the powers of our own mind fully to comprehend the **unitary order** to which they belong. (grifouse) (op. cit., 8.87)*

Esse trecho também implica em dois pontos sobre Hayek:

- i. Ele rejeita a fenomenologia, pois não aceita que ela possa um dia explicar a essência mental;
- ii. Ele é misterianista.

Misterianismo é a atitude de não acreditar que a mente humana possa um dia ter uma compreensão completa de si mesma – em particular, explicar as *qualia*. Kurt Gödel demonstrou em dois teoremas que sistemas matemáticos com um mínimo de complexidade (i.e., possibilidade de auto-referência!) apresentam no mínimo um enunciado indecidível (não se pode determinar se esse tipo de enunciado é verdadeiro ou falso), e, portanto, esses sistemas são incompletos pois não possibilitam extrair todas as conclusões necessárias por via de suas premissas iniciais. Hayek (assim como Gödel e outros pensadores de sua época, como Turing) efetuou a transposição direta para o seu objeto de estudo:

*Gödel's theorem is but a special case of a more general principle applying to all conscious and particularly all rational processes, namely the principle that among their determinants there must always be some rules which cannot be stated or even be conscious. (Hayek, 1967, p. 62)*

O uso do teorema de incompletude de Gödel é especialmente útil para a metodologia econômica embasada na teoria psicológica de Hayek. De fato, como é necessário recorrer a regras não formuláveis (ou inconscientes) para tornar o sistema completo logicamente, a tese de subjetivismo ganha força frente à do racionalismo. A intuição é que há verdades que sentimos como sendo verdadeiras mas que não podem ser demonstradas formalmente, racionalmente, como verdadeiras<sup>48</sup> de fato.

Independente da aceitação ou não da transposição do teorema de Gödel, pode-se extrair de forma mais simples uma consequência da injeção funcionalista dos estados físicos do mundo exterior para a ordem sensorial: as disposições, os estados de mundo perceptíveis possíveis no universo são maiores do que o número de disposições neurais viáveis na limitada caixa cerebral de um ser. Ou seja, realmente, a capacidade de classificação do cérebro só consegue captar a complexidade do mundo exterior até o grau de complexidade em que o próprio cérebro é estruturado. Como o mundo de fato é mais complexo do que o cérebro humano, algumas percepções se tornam conscientes enquanto outras permanecem no inconsciente. E o critério de separação entre um e outro está estruturado de forma a fazer sentido para a percepção humana. Essa necessidade de simplificação dá emergência à intencionalidade. Feser (op. cit., p. 303) recorre ao pensamento de Searle para completar o raciocínio de Hayek: estados intencionais fazem referência a outros estados intencionais, os quais fazem referência a outros estados intencionais e assim por diante, em uma rede de estados intencionais. Porém, no fundo, há um plano de fundo, um “background”, de estados não-intencionais que

---

<sup>48</sup> Dennett (1995, cap. 15) se contrapõe ao abuso do uso do teorema de Gödel quando usado para negar a *possibilidade* de se construir uma máquina com inteligência artificial. Ou seja, Dennett acredita que seja possível reduzir a mente a uma série de funções.

permanecem inconscientes justamente por conta da limitação do cérebro em apreender a totalidade do mundo físico, em toda a sua complexidade.

Adicionalmente, idéias emergentistas aparecem em suas linhas ao se referir aos conceitos de ordem – o que reforça e o aproxima de uma concepção instrumental evolucionista. A capacidade de cognição de um cérebro é um instrumento “*hard-wired*” nos indivíduos inter-geracionalmente, através do processo de evolução e adaptação – quer a evolução seja compreendida como operando a nível da espécie, da ascensão parental ou dos próprios genes. Esse conceito de rede neural evolutiv<sup>49</sup>a defendido por Hayek é a base para haver uma adaptação da mente e do comportamento humano que segue padrões de tentativa e erro, explicáveis através dos próprios mecanismos de evolução, como a estabilidade e os replicadores.

E aqui entra mais um conceito: a **meme**. Esse termo foi criado na obra “The Selfish Gene” de Richard Dawkins (1976). Uma meme é uma idéia ou um comportamento que transita de um ser a outro através da aprendizagem ou da imitação. As memes são um conceito perfeitamente Hayekiano, pois são a propensão de certos *conceitos* (conforme a terminologia de Hayek de “Rules, Perception and Intelligibility”) estarem mais *hard-wired* na espécie do que outros conceitos que são menos estáveis e menos replicáveis, enfim, essas memes se propagam devido às disposições mentais dos indivíduos que foram definidas pelo processo evolutivo como um todo.

Em conclusão, a postura ontológica que pode ser extraída dos escritos de Hayek pode ser taxonomizada como uma de “**monista fisicalista funcionalista instrumentalista emergentista conexionista evolutivista misterianista**”. E – pasme! – essa é a ortodoxia atual, mais de meio século após a publicação do livro,

---

<sup>49</sup> A família de Hayek era de biólogos, talvez as ciências naturais exerceram alguma influência no seu pensamento.

que pode ser encontrada em parte<sup>50</sup> no pensamento de Dennett, que será tratado em extensão no capítulo 4.

Uma vez que foram destrinchadas as suas idéias acerca da mente, cabe reformular a pergunta que encerrou o capítulo 2: “De onde vêm os preços da ordem espontânea?”. Mais ainda, essa pergunta implica uma outra: “Em que medida eles são espontâneos?”. Para fornecer respostas, deve-se desvendar a ponte que liga a ordem sensorial à ordem espontânea. Em outros termos: é preciso buscar na filosofia da mente subjacente ao raciocínio epistemológico adotado como está fundamentada a própria “ontologia dos preços”. Para isso, será necessário reconhecer a formação da valoração econômica subjetiva por via do livre-arbítrio, o qual se desenvolve através da evolução.

---

<sup>50</sup> Dennett não é misterianista.

*Hayek's Kantianism is seen, first in his repudiation of the empiricist view that knowledge may be constructed from a basis of raw sensory data and, second, in his uncompromising assertion of the view that the order we find in the world is a product of the creative activity of the human mind (rather than a recognition of natural necessity). His Kantian view is distinctive in that it anticipates Popper in affirming that our mental frameworks by which we categorize the world are neither universal nor invariant, but alterable in an evolutionary fashion; his Kantian view also follows Wittgenstein in grasping the role of social rules in the transmission of practical knowledge. Hayek's Kantian view is original, finally, in recognizing a hierarchy in the rules that govern our perceptions and actions, and in insisting that the most fundamental of these rules are "super-conscious" and beyond any possibility of specification or articulation.*

- John Gray, 1982.

*"prices are obviously social phenomena"*

- Schumpeter, 1909.

#### **4. Bifröst**

Ordem sensorial e ordem espontânea. Se há uma lógica que permeia a ordem do universo, ela deve ser única. Essa reflexão do caráter unitário do cosmos leva à reflexão: qual é a característica essencial que mantém as duas ordens numa mesma disposição? Em que medida a intencionalidade da ordem sensorial sobre a ordem espontânea foi definida por esta última? Como fechar o ciclo causal?

Feser (2006) adverte que

*[The Sensory Order] status as the "foundation" for Hayek's economics and politics has, I think, been exaggerated, claims for such a status typically resting on little more than the fact that the book characterizes the mind just as Hayek characterized economic and social systems, namely, as being complex, dynamic, and unpredictable in principle. (Hayek would no doubt have characterized the weather in exactly the same terms. Should we therefore regard meteorology as providing a "foundation" for his economics and politics?)*

De fato, Feser faz uma ótima constatação, e ele não cai em nenhum momento do artigo nesse imbróglio da complexidade. Porém, como o foco do seu artigo é estritamente a filosofia da mente de Hayek, ele se restringe ao livro *The Sensory Order* e aos artigos *Scientism and the Study of Society, Rules, Perception, and Intelligibility* e *The Primacy of the Abstract*. As idéias desenvolvidas na presente dissertação incluem outras obras de Hayek, que fornecem uma amálgama para compreender tanto como o seu sistema se fecha, como certas implicações de sua ontologia e epistemologia para a economia e a política.

Esforços significativos têm sido feitos para construir uma ponte entre a mente e a ação humana. De fato, essa ponte é meramente uma travessia do

espelho, pois as ações ordenadas pelo cérebro são um reflexo das determinações mentais. Nesse intuito, destacam-se diversos trabalhos acadêmicos que já articularam essas relações:

Steven Horwitz (2000) mostra como a ordem liberal de Hayek é conseqüência de sua filosofia da mente. Essa visão causal também promove uma excelente resposta à questão de racionalidade limitada, pois, de fato,

Thus, unlike that of some neoclassical economists, Hayek's liberalism is not open to the charge that it over-estimates the rationality of human actors. It is precisely the ignorance of human actors that forms the basis for Hayek's liberalism.

Gary Dempsey (1996) reforça os aspectos imprevisíveis da mente humana comentados por Hayek, destacando para isso a complexidade do sistema mental:

The scope of Hayek's connectionist theory of mind [...] leads him to four conclusions: that the mind is self-referential, that imperfection is a condition of the mind, that the mind is evolutionary, and that a layer of the mind is unknowable to the conscious self.

Gerald F. Gaus (2006) também argumenta como o modelo de redes neurais de Hayek deságua na sua compreensão do sistema econômico apresentando quatro características: (1) Mente, classificação e regras; (2) Aprendizagem; (3) Descentralização; (4) Complexidade (vide teorema de Gödel).

O presente esforço, por sua vez, parte da idéia de que para Hayek a consciência é a tecelã que estabelece redes neurais em substratos de elos conectivos, sendo responsável pelo esforço de relacionar os diferentes conhecimentos apreendidos pela mente. No entanto ele relembra que esses elos não são direcionados racionalmente, através de uma intenção pré-estabelecida. A consciência emerge. Da mesma forma, a ordem social é um “**cosmos moral e político**, resultado de um processo de **evolução**, e não de uma intencionalidade” (grifou-se) (Hayek, 1978). Isto constitui, para Dang & Mangolte ([1997]2002), a pedra angular de toda a construção teórica de Hayek.

Observe a importância dos quatro termos em destaque para a resposta às perguntas que abriram o capítulo: o **cosmos**, conceito discutido no início da dissertação como sendo o oposto de **caos**; a **evolução**, que é o processo que gera

esse ordenamento, contrariamente à expectativa de que fosse a **intencionalidade**; e enfim a **moral** e a **política** submissas ao mesmo ordenamento! Tendo isso em vista, o argumento que segue toma por alicerce esses três *couplets*: **catallaxy**, **livre-arbítrio**, e **valores**.

#### 4.1 *Catallaxy*

Para iniciar a discussão sobre *catallaxy*<sup>51</sup>, é importante retomar a crítica que Hayek faz a atitudes construtivistas e racionalistas. Ela pode ser melhor evidenciada no seguinte trecho de *Law, Legislation and Liberty*:

*The errors of constructivist rationalism are closely connected with Cartesian dualism, that is with the conception of an independently existing mind substance which stands outside the cosmos of nature and which enabled man, endowed with such a mind from the beginning, to design the institutions of society and culture among which he lives. The fact is, of course, that this mind is an adaptation to the natural and social surroundings in which man lives and that it has developed in constant interaction with the institutions which determine the structure of society. Mind is as much the product of the social environment in which it has grown up and which it has not made as something that has in turn acted upon and altered these institutions. It is the result of man having developed in society and having acquired those habits and practices that increased the chances of persistence of the group in which he lived. The conception of an already fully developed mind designing the institutions which made life in society possible is contrary to all we know about the evolution of man.*

*The cultural heritage into which man is born consists of a complex of practices or rules of conduct which have prevailed because they made a group of men successful but which were not adopted because it was known that they would bring about desired effects. (Hayek, 1973, vol. I, p. 16-17)*

A essas posturas racionalistas ele denomina em seu discurso proferido ao receber o Prêmio Nobel de pretensão do conhecimento. O primeiro passo, portanto, é compreender como a filosofia da mente de Hayek implica numa visão anti-racionalista. O ser humano não contém dentro de si, nem explicita nem implicitamente, conceitos, ou idéias, inatos que geram as instituições. Isso exigiria uma assunção de uma mente<sup>52</sup> externa à natureza, como ele diz, “fora do cosmos”.

---

<sup>51</sup> Preferiu-se não traduzir esse neologismo criado por Hayek.

<sup>52</sup> Um substrato mental humano, bem entendido. Não se busca entrar no mérito de discussões religiosas como a do criacionismo e do evolucionismo aqui.

Porém, existe uma interação da mente com o seu meio ambiente. Não somente há essa interação, como também uma mudança da estrutura mental em função da realidade física. Mais ainda, as instituições não são criadas pura e simplesmente, assim como não existe um ideal de ordenamento social incorporado à mente dos seus membros. Não há uma intenção pré-definida. Existe apenas a adaptação de grupos ou indivíduos<sup>53</sup> a hábitos e práticas.

Esta cisão é melhor explicitada pelo conceito de “cientismo”. Os racionalistas como um todo buscam reduzir o comportamento humano a simples leis naturais, leis físicas. Autores como Ball (2004) destacam como a física complementa o pensamento acerca da pessoa humana, defendendo a metodologia e apontando com otimismo para novos rumos como a econofísica. Nessa acepção, os comportamentos da vida humana são uma simples área do comportamento da natureza.

Em contraponto, Hayek advoga uma posição neokantiana – o *verstehen* cunhado por Dilthey e Weber - que descola a vida social de agentes com vontade própria da natureza física de objetos inertes. Aqui surge a esfera moral própria da ação humana<sup>54</sup> - a razão prática. Isto é o chamado dualismo metodológico. Ora, a natureza do comportamento humano está além de simples leis pré-estabelecidas. Deve-se considerar o ser humano como um organismo, e sair do paradigma físico e transpô-lo para o paradigma biológico. Mirowski (1984) é um exemplo de pensador que constata como o mimetismo da física – um positivismo exacerbado – que influenciou a economia desde o advento do marginalismo (como colocado por

---

<sup>53</sup> Hayek parecia aceitar que a evolução se dá em grupos. A ortodoxia evolutiva biológica e a etologia hoje em dia considera que a evolução não se dá pelos grupos, mas sim pelos indivíduos, ou até mesmo pelos genes. Ver Dawkins (1976).

<sup>54</sup> Avanços recentes em etologia têm apontado as diversas manifestações de moral na vida animal. Nos tempos de Hayek, isso não vinha ao caso, mas é importante colocar o dualismo metodológico como sendo compatível com outros seres além do Homem.



Jevons, Walras, e outros pensadores) trouxe conseqüências metodológicas indesejadas para a ciência econômica.

Note, porém, que Hayek não renega a necessidade de um método científico, ele apenas critica o caráter “cientista” reducionista da economia ortodoxa, por ela não captar em seus modelos de análise certas características estruturais da sociedade, como a sua complexidade. Isto está manifesto no seguinte trecho escrito por Hayek (1937):

*My criticism of the recent tendencies to make economic theory more and more formal is not that they have gone too far but that they have not yet been carried far enough to complete the isolation of this branch of logic and to restore to its rightful place the investigation of causal processes, using formal economic theory as a tool in the same way as mathematics.*

Assim, Machlup (1976, p. 24) chama a atenção para uma passagem de *Prices and Production* (Hayek, 1931) que explicita a sua visão sobre a moeda: É insatisfatório tentar

*establish direct causal connections between the total quantity of money, the general level of all prices and, perhaps also the total amount of production, for none of these magnitudes as such ever exerts an influence on the decisions of individuals: yet it is on the assumptions of a knowledge of the decisions of individuals that the main propositions of non-monetary economic theory are based. ...If ... monetary theory still attempts to establish causal relations between aggregates or general averages, ... [it] lags behind the development of economics in general. In fact, neither aggregates nor averages do act upon one another...*

Ora, estas linhas – tracejadas em 1931, vale lembrar - são exatamente a premissa da nossa teoria moderna de necessidade de haver micro-fundamentos na macroeconomia, isto é, cimentar os agregados econômicos num fundamento subjetivo, por via da vontade própria à ética humana – que na ortodoxia é comumente associada à maximização utilitária.

Isso também denuncia desde cedo o seu individualismo metodológico. Porém, diferentemente de alguns tratamentos que ele provavelmente qualificaria como “cientistas”, ele não é um atomista metodológico (v. Basu, 2006), pois, como já foi visto, os sujeitos são caracterizados pelas suas diferenças no que tange aos seus fins e às suas quotas de informação (*datum*). Em suma, o individualismo metodológico de Hayek contém a peculiaridade do ser humano ser um organismo

que age em sociedade e evolui culturalmente inintencionalmente (Dang & Mangolte ([1997]2002)) através de mecanismos psicológicos conexionistas, o que pode conter decisões altruístas (individualismo não é egoísmo). Essa é a outra face da moeda da sua aceitação do subjetivismo radical conjuntamente ao dualismo metodológico (a separação da razão pura e da razão prática).

De posse desses insights metodológicos, pode-se finalmente apresentar a distinção que Hayek faz entre economia...

*An economy, in the strict sense of the word in which a household, a farm, or an enterprise can be called economies, consists of a complex of activities by which a **given set of means** is allocated in accordance with a **unitary plan among the competing ends according to their relative importance**. (grifou-se) (Hayek, 1973, vol. 2, p. 107)*

... e a sua compreensão mais completa (poderia-se dizer multi-dimensional)

- a *catallaxy*:

*The term 'catallactics' was derived from the Greek verb *katallattein* (or *katallassein*) which meant, significantly, not only 'to exchange' but also 'to admit into the community' and 'to change from enemy into friend'.(...) A *catallaxy* is thus the special kind of spontaneous order produced by the market through people acting within the rules of the law of property, tort and contract. (op. cit., p. 108-9)*

A tese central do problema que surtiu essa distinção é que o conceito de economia impinge um ordenamento de fins de modo fixo, de acordo com sua importância relativa. Porém, um fim único só é possível quando existe apenas uma unidade econômica (um indivíduo, ou um domicílio, uma fazenda, uma empresa, nos termos de Hayek). Na realidade, a ordem do mercado dilui-se em diversas volições oriundas de diversos planos de diversas unidades econômicas. Esse entrelaçamento de diversas finalidades oriundas de diversas economias é o que incentivou a criação do neologismo *catallaxy* que manifesta a complexidade formada pela ordem de mercado de várias economias. O essencial é perceber como

os fins não são pré-definidos, uma vez que surge essa interação<sup>55</sup> dos planos de ação.

Caso a *catallaxy* da sociedade almeje um fim único, ela não tem o caráter de uma Great Society, mas de uma tribo<sup>56</sup>, que é um ideal-tipo de sociedade caracterizada pela inobservância dos fins diferenciados que cada agente almeja, impondo um objetivo comunitário e tolhendo a liberdade que permite a emancipação do indivíduo<sup>57</sup>:

*The prevailing moral tradition, much of which still derives from the end-connected tribal society, makes people often regard this circumstance as a moral defect of the Great Society which ought to be remedied. Yet it was the very restriction of coercion to the observance of the negative rules of just conduct that made possible the integration into a peaceful order of individuals and groups which pursued different ends; and it is the absence of prescribed common ends which makes a society of free men all that it has come to mean to us. (op. cit., p. 109-110)*

E é justamente a mente humana que está em pauta aqui. Essa distinção nos remete novamente à idéia de divisão da informação, mas sob um novo ângulo trazido pela filosofia da mente: mesmo que um cérebro humano tivesse acesso a todas as informações subjetivas em todos os demais cérebros da sociedade, ou seja, mesmo que ele tivesse acesso à soma das informações, ou equivalentemente se houvesse um supercomputador com acesso a todas essas informações, haveria de toda forma um empecilho para se calcular isso: os preços.

---

<sup>55</sup> Cabe aqui fazer um paralelo com um autor heterodoxo para os alicerces da economia: Vygotsky. Ele propunha que o desenvolvimento da vida moral dependia de mediações – transações, ampliadas pelo uso da comunicação e da linguagem.

<sup>56</sup> Great Society é um termo usado por Hayek, provavelmente como paralelo ou homenagem ao conceito de Open Society de Popper, para designar uma sociedade avançada contemporânea que logrou um estado de avanço de bem-estar significativo.

<sup>57</sup> O teor a priorístico da liberdade como forma de melhoria do bem-estar do indivíduo na sociedade está contida no raciocínio até esse momento, e ecoa fortemente as idéias da Open Society de Popper.

*The chief cause of the wealth-creating character of the game is that the returns of the efforts of each player act as the signs which enable him to contribute to the satisfaction of needs of which he does not know, and to do so by taking advantage of conditions of which he also learns only indirectly through their being reflected in the prices of the factors of production which they use. (op. cit., p. 115)*

*If this is generally done, and the marginal rates of substitution between any two factors have become the same in all their uses, the market has reached the horizon of catallactic possibilities at which the greatest possible quantity of the particular combination of goods is being produced which in the circumstances can be produced. (op. cit., p. 118)*

A função dos preços é de sinalizar aos agentes as melhores decisões a serem tomadas. É um evento do mundo físico que fornece um subsídio para a mente formular seus planos de decisão: os preços cumprem uma função **epistemológica**. Suponha, por exemplo, que os preços fossem todos dados em um vetor de forma estática – conforme uma economia planejada exige. Um agente único, central (ou qualquer grupo demasiadamente distante dos interesses individuais) por si só não podem calcular isoladamente de forma adequada qual a melhor disposição para a sociedade, pois ele não dispõe do *datum* da mesma forma que uma sociedade espontânea dispõe. Nessa situação, pode-se dizer que os preços que emanam na economia planejada não têm “*datum-fundamento*” mental.

Pior ainda, como visto, numa economia planejada os fins são impostos pela sociedade de forma dissociada dos desejos mentais finalísticos de cada indivíduo:

*It would also be as much a gamble what the effects of anyone man's efforts would be worth if they were directed by a planning authority, only that not his knowledge but that of the authority would be used in determining the success or failure of his efforts. (op. cit., p. 117)*

Gray (1982) reflete essa idéia colocando brilhantemente a seguinte compreensão da mensagem do conjunto de idéias de Hayek:

*In social theory, Hayek's devastating critique of Cartesian rationalism entails that, whatever else it might be, social order cannot be the product of a directing intelligence. It is not just that too many concrete details of social life would always escape such an intelligence, which could never, therefore, know enough. Nor (though we are nearer the nub of the matter here) is it that society is not a static object of knowledge which could survive unchanged the investigations of*

*such an intelligence. No, the impossibility of total social planning does not rest for Hayek on such Popperian considerations, or, at any rate, not primarily on them.*

*Such an impossibility of central social planning rests, firstly, on the primordially practical character of most of the knowledge on which social life depends. Such knowledge cannot be concentrated in a single brain, natural or mechanical, not because it is very complicated, but rather because it is embodied in habits and dispositions and governs our conduct via rules which are often inarticulate. But, secondly, the impossibility of total social planning arises from the fact that, since we are all of us governed by rules of which we have no knowledge, even the directing intelligence itself would be subject to such government. It is naive and almost incoherent to suppose that a society could lift itself up by its bootstraps and reconstruct itself, in part at least because the idea that any individual mind - or any collectivity of selected minds - could do that, is no less absurd.*

Explicando de forma mais clara: a formulação dos preços e as suas variações são um fenômeno que não é consequência do mercado, mas que causa o mercado em si. Não se pode tolher a função epistemológica que os preços proporcionam à sociedade. O mecanismo de mercado não é mais a simples divisão do trabalho, conceituada por Smith. A ordem do mercado exerce intrinsecamente uma dimensão epistemológica, pois ela consolida o sistema de preços gerado pela divisão das informações, os *data*, que portam em si uma **intencionalidade** sobre o objeto “em apreço”. E essa intencionalidade é a forma institucional de uma moral que a evolução gerou. O pensamento funcionalista de Dewey ecoa essas idéias com um grau adicional: as experiências obtidas sob a forma de sensações e de outros estímulos são parte da divisão do trabalho do organismo coordenado para se adaptar ao seu meio ambiente. Porém, essa causalidade, mesmo que temperada pelo aprendizado evolutivo, é conceituada na forma de uma caixa preta onde se insere na entrada um estímulo e se obtém na saída uma resposta. Esse mecanismo leva a uma preocupação essencial: como pode o ser humano apresentar livre-arbítrio?

*Men can be allowed to act on their own knowledge and for their own purposes only if the reward they obtain is dependent in part on circumstances which they can neither control nor foresee. And if they are to be allowed to be guided in their actions by their own moral beliefs, it cannot also be morally required that the aggregate effects of their respective actions on the different people should correspond to some ideal of distributive justice. In this sense freedom is inseparable from rewards which often have no connection with merit and are therefore felt to be unjust. (op. cit., p. 120)*

## 4.2 Livre-Arbítrio

Para entender melhor o funcionamento da intencionalidade do *datum*, é preciso fazer um aparte. De fato, deve-se justificar antes como uma visão evolutiva dos fenômenos físicos – inclusive do cérebro – não recai num determinismo absoluto do mundo natural, que exime as pessoas de qualquer volição ou poder decisório – do livre-arbítrio<sup>58</sup>. É preciso explicar como surgem as decisões espontâneas dos agentes econômicos, dentre opções de fato, e não aparentes.

Primeiramente, é necessário se situar no quadro a seguir:

Quadro 1 – Taxonomia em filosofia da mente entre livre-arbítrio e determinismo.

TAXONOMIA em Filosofia da Mente	Livre Arbítrio	Sem Livre Arbítrio
Determinismo	Compatibilismo	Determinismo <i>hard</i>
Indeterminismo	Libertarianismo	N/A

A *folk psychology* é tradicionalmente libertarianista, seguindo a seguinte lógica: ela intui (pela lógica da ação racional!) que existe livre-arbítrio, e por isso, compreende que o mundo não é determinista. As pessoas têm capacidade de tomar decisões próprias. Isso é ainda mais reforçado pela idéia de intencionalidade. Caso a mente seja “reduzida” a elos causais entre neurônios, não se pode explicar a “*aboutness*” de certos estados mentais uns aos outros. Em particular, não é possível explicar que as pessoas tenham crenças infundadas na realidade, através de

---

<sup>58</sup> Nagel, em *The view from Nowhere*, cap. VII, coloca o problema subjacente ao livre arbítrio como algo ainda mais amplo filosoficamente: “O que é ação?”.

processos irracionais, como hipnose, drogas, hipnose, etc. Esse argumento forte é apresentado por Popper ([1953] 1968) em suas objeções ao monismo ontológico de Hayek. Feser (2006) comenta como Popper vê a linguagem como tendo uma função descritiva e argumentativa, tendo, portanto, intencionalidade. E isso não pode ser reduzido a sinais, ou a explicações estritamente neurocientíficas ou evolucionistas como Hayek parece fazer. Mais ainda, Feser compartilha as idéias de Popper e vai mais além: ele mostra que esse tipo de atitude de explicar a mente e as decisões humanas através de processos externos como o meio ambiente em que o indivíduo evolui envolve incorporar considerações econômicas e históricas na compreensão de suas decisões – exatamente aquilo contra o que Menger, ao fundar “inintencionalmente” a escola austríaca, se rebelou! Portanto, Feser considera essa atitude de incorporar padrões evolucionistas como sendo intrinsecamente contrários à lição que o próprio Hayek pregou em toda a sua vida em seu combate ao cientismo. Por essa razão, como parecemos ter intencionalidade, deve haver algum tipo de dualismo ontológico. Com a existência separada da mente em relação ao cérebro, aceita-se que o mundo não é totalmente naturalizável: em particular, existem fenômenos não-determinados – e o livre-arbítrio é totalmente razoável e intuitivo dentro da lógica humana.

Cientistas *hard*, em contraponto, assumem que os fenômenos reais são determinados por causas reais. Ou seja, eles são deterministas, pois tudo pode ser explicado, em última instância, através de relações físicas e químicas. O destino poderia ser previsto desde o nascer de um ser humano, se houvesse um computador com complexidade suficiente para calcular tanto o estado inicial quanto as mudanças de todas as variáveis necessárias para realizar essa previsão. A intencionalidade não causa um problema, e de fato pode ser remetida em última instância a fatores estritamente não-intencionais<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Searle foi um proponente dessa tese, conforme visto anteriormente.

Hayek vislumbrou marginalmente essa problemática que ele estava incubando. *En passant* ele defendeu a importância de manter a crença na existência de livre-arbítrio, mesmo perante as conclusões de *The Sensory Order*. Por essa razão ele intitula a última seção desse livro de “*The Division of the Sciences and the Freedom of the Will*”:

*Age-old controversy about the ‘freedom of the will’. Even though we may know the general principle by which all human action is causally determined by physical processes, this wouldn’t mean that to us a particular human action can ever be recognizable as the necessary result of a particular set of physical circumstances. To us human decisions must always appear as the result of the whole of a human personality – that means the whole of a person’s mind – which, as we have seen, we cannot reduce to something else. (Hayek [1952] 1976, 8.93)*

A manifestação da “vontade” é a emergência dos processos complexos de uma mente que *a priori* poderia ser primordialmente explicada por simples impulsos elétricos fisicamente determinísticos na estrutura neural. O pensamento independente, auto-consciente, emerge como uma categoria funcionalmente semelhante à do surgimento dos preços dentro da *catallaxia* promovida pelo mercado. Ou seja, o vienense buscou uma posição compatibilista, sem, porém, justificá-la, apenas apresentando um argumento de dualismo ontológico prático: o mental está em dualidade com o físico, pelas razões misterianistas já apontadas anteriormente. E isso faz com que, mesmo que as decisões humanas sejam em última instância relações físicas causais, é impossível reduzir a totalidade da mente a processos físicos, dada a sua característica connexionista. E essa dificuldade é a razão que impele a sustentação da possibilidade de livre-arbítrio - pelo menos na dimensão prática. Nesse sentido, Hayek é um compatibilista, do mesmo modo que a maioria dos filósofos da mente atuais da linha analítica.

Uma tarefa mais abrangente para conciliar essas duas visões antagônicas foi elaborada por Dennett (2003) resgatando novamente o paradigma evolutivo. Para ele, a natureza não é um conceito binário, ontológico. **A liberdade evolui**, em diferentes graus. Pedras, bactérias, pássaros e homens têm níveis respectivamente progressivos de livre-arbítrio. Os primeiros estão contingenciados por aspectos físicos, químicos, biológicos, respectivamente, enquanto os últimos têm sua



liberdade mais desenvolvida. As possibilidades dos planos de ação se ampliam em função da evolução. Dennett faz um paralelo com a corrida armamentista. A cada nova instância de ameaça, o organismo precisa elaborar através de Pesquisa e Desenvolvimento um contraponto para se defender, como por exemplo uma nova escapatória, subterfúgio, ou gerar novos instrumentos, a fim de poder persistir no ambiente. Em particular, o cérebro é um desses tipos de instrumentos. Ele foi desenvolvido para processar informação de forma acurada, rápida e eficiente. Isso é: o cérebro aprende. E o aprendizado não é apenas de primeira ordem – como pronunciado no capítulo 3, ordens de pensamento superiores se consolidam com a formação do conhecimento. O cérebro precisa aprender a aprender: desenvolver capacidades, gerar recursos, comunicar através da **linguagem**. Para isso, foi necessário criar a **cultura**. A cultura é uma solução evolutiva que adaptou a transmissão horizontal (entre a espécie ou seres que compartilham o mesmo ambiente) e vertical (entre pai e filho) do conhecimento de modo acelerado, um *shortcut* para não precisar aguardar a replicação biológica dos genes. A história é um exemplo de dispositivo criado para que os seres humanos disponham de um pool de informações objetivas que possibilitam aos organismos dispor de uma quantidade de informação superior a uma situação sem esse estratagema. Isso permite maior compreensão do ambiente em que se vive.

Nesse momento é preciso transcender a limitação da compreensão do que constitui um processo evolutivo. Tradicionalmente, costuma-se associá-lo a fenômenos próprios de estudo pelas ciências da natureza, dado que o processo perpassa essencialmente seres biológicos. Porém, isso não é necessário: existem processos evolutivos *tout court*, independente da existência de uma forma de vida carbônica. Dawkins (1976) já narrava que para haver evolução, não é preciso haver algum tipo de forma animal. Os cristais, por exemplo, são uma espécie de evolução de átomos simples, simplesmente por terem **estabilidade** e capacidade de **replicação**.

As memes, por sua vez, são exemplo de idéias, de crenças, de conceitos abstratos com elevado grau de replicação e com propensão a se estabilizar em

algum ambiente. Cultura e justiça são expressões de memes, assim como o cantar dos passarinhos<sup>60</sup>, canções, músicas, moda, padrão alimentício, expressões artísticas, religiões, cerimoniais e outros “costumes”<sup>61</sup>. São replicadores mais céleres do que os genes pois eles atuam na cultura de uma espécie, muito mais maleável de imediato: no caso humano, o cérebro evoluído que lida com essa cultura. Na verdade, há uma simbiose. O cérebro se adapta por causa das memes, e as memes evoluem por causa das novas disposições cerebrais. E aqui surge o livre-arbítrio: o cérebro pode se livrar de uma meme, e atualizar com outra, isso depende unicamente da necessidade que o cérebro tem de lhe atribuir sentido. E o ponto essencial é que as memes podem ser descartáveis ou não por simples critérios de decisões tomadas nos cérebros<sup>62</sup>. Portanto, o esforço de atribuir sentido é, intrinsecamente, o móbil para o livre-arbítrio.

**A tese unificadora desse trabalho gira em torno da idéia de meme. O cérebro detentor de um grau de livre-arbítrio precisa tomar decisões sobre o mundo físico, objetivo, coberto pelo véu sensorial dos indivíduos. O conjunto de informação com que o cérebro lida para elaborar uma imagem do mundo à sua volta precisa ser articulado, sintetizado em sua mente a fim de estruturar um conhecimento do mundo externo: ele precisa de uma ordem sensorial.**

---

<sup>60</sup> Usando exemplos de Dawkins (1976).

<sup>61</sup> O Houaiss define a etimologia de costume como “lat.vulg. *\*co(n)stumñe* de *\*co(n)suetñmen,mñis*, alt. panromânica do lat.cl. *consuetñdo,mñis* 'costume, hábito, uso'; ver *costum-*; f.hist. 1262 *custume*, 1275 *costume*, 1296 *costome*, sXV *coustume*, sXV *custiñe*”. Há uma idéia de compartilhamento entre os homens atrás da palavra.

<sup>62</sup> “*We are built as gene machines and cultured as meme machines, but we have the power to turn against our creators. We, alone on earth, can rebel against the tyranny of the selfish replicators.*”  
– Dawkins, 1976

O cérebro, porém, não tem uma percepção ampla de todos os eventos sensoriais disponíveis no ambiente em que ele atua. Pela capacidade de auto-instanciação<sup>63</sup>, porém, ele sabe, mesmo que inconscientemente, que outros cérebros de outros indivíduos têm essas informações. Perante essa necessidade, uma das formas de organizar essas informações é atribuir-lhes alguma forma de componente objetiva. Portanto, é preciso um mecanismo de transmissão da realidade física (material) cujo custo seja baixo. Ele precisa obter informações externas de forma rápida. A transmissão dessas informações não pode ser pelas vias de comunicação tradicionais, pois frequentemente elas exigem um esforço de conscientização a que o cérebro não está disposto em processar.

Surge assim a instituição chamada de mercado – cujos sinais, geralmente preços, instanciam os valores subjetivos dos indivíduos. Essa estruturação é ampliada pela complexidade da estrutura social. A função última da *catallaxy* é de sintetizar esses sinais – daí a função epistemológica dos preços. Os mercados têm a particularidade de permitir aos preços se replicarem e adquirirem estabilidade: os preços, assim como as memes, são replicadores transmissores de informação, pois são fruto da cultura humana, mas a sua mediação se dá pelos cérebros apenas indiretamente – o seu veículo de fato são as instituições chamadas de mercado.

O *datum* são as quotas de informação que o mercado replica sob a forma de preços. Porém, isso é condicionado a um pré-requisito, que caracteriza a essência do *datum*: ele é transmissível à medida que o indivíduo alcança uma complexidade de suas estruturas neurais que permitem a emergência de um certo grau de livre-arbítrio. Mais ainda, o mercado permite uma retroalimentação do *datum* em outros indivíduos, que por sua vez se beneficiam dessa abertura cognitiva e amplia ainda mais o seu

---

<sup>63</sup> Auto-instanciação é a capacidade de um indivíduo perceber que ele não é o centro do mundo, e de conseguir se projetar em outro indivíduos, entendendo as suas necessidades.

**livre-arbítrio. Ou seja, a ordem de mercado enseja a evolução do sistema econômico – que, intrinsecamente, é justamente a evolução do livre-arbítrio.**

**Essa espontaneidade, se quebrada através de alguma intervenção construtivista *ad-hoc*, impossibilita a atuação do mecanismo de disseminação dos dados, o que por sua vez atavanca a evolução da *catallaxy*, o que pode enfim prejudicar o processo de compreensão e aprendizado e tolher o livre-arbítrio.**

Um fenômeno extremamente atual para a economia experimental serve para ilustrar essas idéias: a constatação de que decisões são tomadas alguns milissegundos antes do cérebro ter consciência dela – que foi reconfirmada em experiência recente (Sheth 2009). Isso significa que de fato o cérebro apenas comunica os fatos causais deterministas do mundo com um véu de livre-arbítrio? Pode-se retrucar que:

*O livre-arbítrio não pode ser identificado em um instante  $t$  específico, mas no fluxo de tempo decorrido entre os inputs de informação e a resposta (output) sistêmica. Uma decisão consciente **não é tomada após** essa demora (lag); pelo contrário, a tomada de decisão consciente **é o próprio processo**, por mais demorado que pareça.*

*Se identificamos a consciência com os 100 ms finais do processo de tomada de decisão, a mente é antes um “agente de relações públicas”, que apenas toma nota de tudo o que foi decidido nos momentos anteriores, do que um “chefe”, capaz de tomar suas próprias decisões - Almeida (2008) apud Dennett (2003)*

E essa compreensão demonstra que a mente – os estados ditos mentais, intencionais – apenas simplifica a percepção de um mecanismo muito mais complexo de tomada de decisões entre opções alternativas à disposição.

*O monitoramento das interações sociais, mediante o uso da linguagem, gerou um subproduto: o monitoramento dos estados mentais (crenças, desejos) do próprio agente a partir de sua consciência.- op. cit.*

Dennett apelida esse monitoramento mental de *self*, que só emergiu graças aos registros que a linguagem possibilita desenvolver. O *self* amadurecido é o verdadeiro responsável pelo alto grau de desenvolvimento do livre-arbítrio.

*A person has to be able to keep in contact with past and anticipated intentions, and one of the main roles of the brain's user-illusion of itself, which I call the self*

*as a center of narrative gravity, is to provide me with a means of interfacing with myself at other times. (Dennett 2003, p. 253)*

### 4.3 Valor

Com o surgimento do livre-arbítrio, origina-se também o início dos quesitos de quais são as melhores opções a serem seguidas, dentre as possíveis. O cérebro humano precisa processar cada uma das decisões, algumas de modo consciente, outras de modo inconsciente. Dentre aquelas decisões que são tomadas conscientemente, com uma averiguação dita pura e racional, surge a dúvida: qual o norte a ser seguido? Qual a decisão que vai gerar o maior **valor**? Mas antes, o que é o **valor**?

A moral é o estudo do conjunto desses valores que norteiam a ação humana. Os modelos da ortodoxia econômica assumem, por exemplo, um utilitarismo hedônico do desfrute do consumo como forma de valor. Becker, em seu discurso do prêmio Nobel, relembra que o utilitarismo não passa de um instrumento de classificação, sendo que a função objetivo de valor pode incorporar qualquer variável, conforme a situação moral a ser modelada. Isso, porém, não responde intrinsecamente como são formados os valores de um indivíduo e da sociedade.

Dennett segue em sua compreensão de *self* para explicitar a emergência da moral. Inicialmente, ele relembra como a ação cooperativa pode ser um móbil para a existência de uma moral que leva em conta fatores transpessoais. Indivíduos mais evoluídos tendem a adotar comportamentos cooperativos, atitudes ainda não alcançadas por seres vivos mais rudimentares ou menos complexos. Mais do que o mundo externo, os seres precisam se instanciar na mente de outros indivíduos, para terem através dessa representação uma noção de quais são os objetivos desse outro organismo. Esse resultado foi emulado pela teoria dos jogos, particularmente o conceito de equilíbrio de Nash, que estabelece como decisões de um agente podem ser contingentes às decisões de outro(s) agente(s), e isso reciprocamente.

No entanto, pelo dilema do prisioneiro, muitas vezes um indivíduo pode se beneficiar objetivamente por agir de modo egoísta. Comer todo o bolo de imediato, por exemplo. A evolução fez com que indivíduos que agem de forma egoísta sejam castigados – tanto pelos indivíduos cooperativos (ou altruístas) quanto pelos outros indivíduos egoístas. Porém, há um custo para punir. Para evitar que a sociedade permaneça sem punição, pode-se punir aqueles que não punem! O medo da punição, por sua vez, faz com que surja a preocupação com a **reputação**. E nesse complexo surgem as **emoções**, que são, em última instância, sentimentos que surgem acerca da moralidade – instâncias de ordens superiores sobre ela.

Erich Fromm, ao delinear o conceito de liberdade negativa, comentou que foi a inibição social dela que marcou o começo da humanidade como uma espécie consciente da sua própria existência – e a liberou do instinto básico. Ou seja, a meta-moralidade, ou as emoções, criaram a meme que mais proporciona coesão à sociedade: **a justiça**.

É possível vislumbrar uma sociedade cuja implementação do seu conceito de **justiça** leve a situações de concentração extrema de renda, por exemplo, através de uma redistribuição *a posteriori* dos bens produzidos? De fato, nada impede a princípio esse conceito de justiça de se tornar estável e se replicar. Dennett argumenta, contudo, que esse tipo de justiça é ineficiente economicamente, pois ela não promove a existência de agentes moralmente responsáveis, que são os mais desejáveis em termos de adaptação. É o exemplo de sociedades escravocratas em que escravos em algum momento são emancipados, ou ainda o conflito entre ditaduras e democracias. No fundo, mesmo sem perceber, Dennett está falando de um conceito caro à economia e à teoria dos jogos – o *moral hazard* – que realmente pode ser traduzido como irresponsabilidade moral.

Esse otimismo que prevê que as sociedades modernas tendem a alcançar ideais de justiça mais elevados, porém, deve ser temperado. Para Dennett, o inimigo do livre-arbítrio não é o determinismo, mas sim a adoção de concepções políticas ou morais inadequadas em termos evolucionistas. Isso pode ser expresso

nas concepções de justiça negativa e de justiça positiva, sendo que essa segunda é sujeita ao *moral hazard* de forma expressiva.

Hayek, em seu livro “O Caminho para a Servidão”, tinha uma visão mais pessimista do mundo. Ele acreditava que o construcionismo poderia terminar com toda a liberdade da sociedade. Nesse sentido, a sociedade estaria num processo evolutivo que tolheria a liberdade, e, por reduzir a responsabilidade moral dos agentes, espremeria o livre-arbítrio. Para evitar esse caminho avassalador, é necessário que o conceito de justiça da sociedade siga critérios claros – a *rule of law*, o que impedirá que configurações sociais indesejáveis se formem. A grande lição é que o livre-arbítrio pode ser uma faca de dois gumes para a evolução, pois o memplexo de justiça que ela gera pode facilmente se reverter inadequadamente em uma restrição de liberdade, de opções, de escolhas, de finalidades para o desenvolvimento ESSENCIAL dos indivíduos.

*the possibility of disagreement, or at least the lack of compulsion to agree on particular ends, is the basis of the kind of civilization which has grown up since the Greeks developed independent thought of the individual as the most effective method of advancement of the human mind. (Hayek 1973, vol II, p. 111)*

*If tout comprendre est tout pardonner, this is precisely what the judge must not attempt because he never knows all. The need to rely on abstract rules in maintaining a spontaneous order is a consequence of that ignorance and uncertainty*

- Hayek, 1973, vol. II, p. 127)

## 5. Conclusão

Hayek admite em “*Law, Legislation and Liberty*” que o seu contato com as idéias de Kant só tinham sido abordadas na época de estudante. Apenas no momento de escrever os livros da maturidade Hayek retomou os *insights* das idéias kantianas. Nessa confissão, Friedrich relembra que Kant sabia que o imperativo categórico era necessário, mas não suficiente para um conceito de justiça<sup>64</sup>. Pois bem, o fluxo de raciocínio seguido no presente trabalho desaguou num dos tópicos mais polêmicos das ciências humanas – a noção de **justiça** para uma sociedade. Ela é vista como sendo um processo evolutivo: não existe possibilidade de haver um jus-naturalismo<sup>65</sup> nessa concepção. De fato, na verdade é a interação e a adaptação das pessoas que criou a semente para a construção – espontânea e progressiva – das diversas instituições sociais.

Com essa conclusão, é possível aventurar-se além da guilhotina de Hume e extrair conseqüências para a esfera normativa do espectro da convivência social. Hayek é conhecido por ser um proponente da *common law* muito mais do que a tradição da Lei Romana e Francesa. *A grosso modo*, isso se justifica porque ele tem uma visão evolutiva, e não *a priori* da justiça. A lei deve se adaptar ao máximo à evolução dos mores da sociedade e seus ideais de justiça, por isso a *common law*, mais efêmera, é mais desejável. A *rule of law*, porém, é a outra face dessa moeda. É preciso que as regras sejam claras e impessoais para que haja uma justiça social. Essa clareza supõe uma certa rigidez de sua aplicação e talvez da sua própria formulação. Explorar essa dialética é uma tarefa interessante para o direito.

---

<sup>64</sup> Hayek (1973, vol. II, p. 43)

<sup>65</sup> A esse respeito, ver a interessante contraposição entre Hayek e Posner feita por Zywicki & Sanders (2008).



O ponto interessante, porém, dessas considerações, é estabelecer a posição política em que Hayek se insere. De fato, ele pode ser visto como conservador por um lado – ele é defensor da *rule of law*. Por outro lado, ele talvez seria apelidado de progressista ao considerar que mudanças nos hábitos do dia-a-dia são legítimas, por estarem consagrando a adaptação das instituições à necessidade social, mesmo que elas não sejam ratificadas por uma lei<sup>66</sup> ou norma escrita. “Decretos” nesse sentido são por definição *top-down*, e por essa razão não são próprios nem genuinamente micro-fundamentados *bottom-up* pela sociedade. Essa lição espontâneo-liberal sobre o perigo de processos que são remotamente ligados à evolução fica, portanto, num limbo alheio ao espectro do construtivismo e conservadorismo<sup>67</sup>.

Hodiernamente, existem modelos matemáticos de economia que partem da assunção de micro-fundamentos com informação incompleta tão defendidos por Hayek. Em “*Was Hayek na ACE?*”, Vriend (1999) argumenta que os modelos de *agent-based computational economics* (ACE) podem ser associados à metodologia proposta pelo pensador vienense, que portanto é um “*ACE avant-la-lettre*”. Nesses modelos, os agentes seguem comportamentos coevolutivos, o que serve para prever os efeitos de rede, o contágio e as cascatas informacionais (memes!), e os rendimentos crescentes que geralmente não são obtidos por modelos mais ortodoxos de informação completa, ou até mesmo de informação assimétrica.

Essas respostas podem fornecer subsídios metodológicos para pesquisas futuras, o que permite aprimorar o arcabouço teórico em que a teoria econômica se sustenta. Isso consigna a necessidade de uma metodologia com hipóteses sólidas para enfrentar os problemas econômicos, mesmo estando estarecidos perante a ignorância dos processos complexos que nos envolvem.

---

<sup>66</sup> “Law is older than legislation”

<sup>67</sup> Sobre esse assunto, ler o pós-fácio “Why I am not a conservative?” de “The Constitution of Liberty”.

*Hayek wrote that it "should not be difficult now to recognize the similar limitations applying to the theoretical explanations of the phenomena of mind and society. One of the chief results so far achieved by theoretical work in these fields seems to me to be the demonstration that here individual events regularly depend on so many concrete circumstances that we shall never in fact be in a position to ascertain them all." The complexity of the social world renders it impossible to plan or control. - (Ebenstein, 2003, cap. 10, apud "The Theory of Complex Phenomena" (completado in 1961)).*

## **Bibliografia**

ABRANTES, Paulo C. C. **Imagens de Natureza, Imagens de Ciência.** Campinas: Papyrus Editora, 1998.

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. **Consciência e liberdade no pensamento de Dennett.** Palestra proferida no Simpósio Dennett e a biologia. Brasília: UnB, 2008.

BALL, Philip. **Critical mass: how one thing leads to another.** New York: FSG Books, 2004.

BARRY, Norman. *The Tradition of Spontaneous Order. Literature of Liberty.* Arlington, VA: Institute for Humane Studies, Vol. v, nº. 2. p. 7-58, verão de 1982,.

BASU, Kaushik. **Methodological Individualism.** Economic and Political Weekly, 3 de fevereiro, 2006.

BÊRNI, Duilio de Aliva (Org.). **Técnicas de Pesquisa em Economia:** Transformando Curiosidade em Conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia.** 2ª ed. São Paulo: Edusp, p. 128-130, [1980] 1999,.

CALDWELL, Bruce. *A Critique of Friedman's Methodological Instrumentalism.* **Southern Economic Journal**, Southern Economic Association, vol. 47, nº 2, p. 366-374, outubro de 1980.

\_\_\_\_\_. **Hayek's Challenge.** *An Intellectual Biography of F.A. Hayek.* Chicago: The University of Chicago, [2004] 2005.

DAWKINS, Richard. **The Selfish Gene.** Oxford: Oxford University Press, 1976.

DENNETT, Daniel C. *Quining Qualia*. In: A. Marcel & E. Bisiach, eds, **Consciousness in Modern Science**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **Consciousness Explained**. Boston: Little, Brown Company, 1991.

\_\_\_\_\_. **Darwin's Dangerous Idea**. Londres: Penguin Books, 1995.

\_\_\_\_\_. **Freedom evolves**. Nova Iorque: Penguin Books, 2003.

DEMPSEY, Gary. *Hayek's Terra Incognita of the Mind*. **Southern Journal of Philosophy**. Memphis: University of Memphis, 1996, vol. 34, n. 1, p. 13-41.

DIAMOND, Jared. *The worst mistake in the history of the human race*. **Discover Magazine**, maio de 1987.

EBENSTEIN, Alan. **Hayek's Journey**. *The Mind of Friedrich Hayek*. Nova Iorque: Palgrave McMillan, 2003.

FEIJÓ, Ricardo. **Economia e Filosofia na Escola Austríaca**. *Menger, Mises e Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.

FESER, Edward. *Hayek the cognitive scientist and philosopher of mind*. In: FESER, Edward (ed.). **The Cambridge Companion to Hayek**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

FRIEDMAN, Milton. *The Methodology of Positive Economics*. In D. Hausmann (ed.). **The Philosophy of Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, [1953] 1984.

GAUS, Gerald F. *Hayek on the evolution of society and mind*. In: FESER, Edward (ed.). **The Cambridge Companion to Hayek**, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

GRAY, John N. *F.A. Hayek and the Rebirth of Classical Liberalism*. **Literature of Liberty**, vol. v, n. 4, Institute for Human Studies, 1982.

\_\_\_\_\_. **Post-liberalism: Studies in Political Thought**. Londres: Routledge, 1993.

HAYEK, Friedrich August Von. *Economics and Knowledge*. In: **Individualism and Economic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, [1937]1945.

\_\_\_\_\_. *Scientism and the Study of Society*. In: **The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason**. Glencoe, Illinois: Liberty, [1942] 1952.

\_\_\_\_\_. **The Road to Serfdom**. Chicago: The University of Chicago Press, [1944] 2007.

\_\_\_\_\_. **The Sensory Order : An Inquiry into the Foundations of Theoretical Psychology**. Chicago: The University of Chicago Press, [1952] 1976.

\_\_\_\_\_. **The Constitution of Liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

\_\_\_\_\_. **Law, Legislation and Liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

\_\_\_\_\_. **Nobel Prize Winning Economist**. Ed. Armen Alchian. UCLA, Charles E. Young Research Library, Department of Special Collections. Transcrição de entrevista de 1978.

\_\_\_\_\_. **Hayek na UnB: Hayek por ele mesmo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. **The Fatal Conceit. The Errors of Socialism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

HEILBRONER, Robert. **The Wordly Philosophers**. New York: Time Incorporated, [1953] 1962.

HORWITZ, Steven. *From The Sensory Order to the Liberal Order: Hayek's Non-rationalist Liberalism*. **Review of Austrian Economics**, Kluwer Academic Publishers, vol 13, p. 23-40, 2000.

KAHNEMAN, Daniel e Amos TVERSKY. "Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk", **Econometrica**, XLVII. Hoboken, New Jersey: Blackwell Publishing, p. 263-291, 1979.

MENGER, Carl. **Principles of Economics**. Tradução para o inglês de James Dingwall e Robert Hoselitz. Ed. original em alemão, 1871. New York: New York University Press, [1950] 1976. MIROWSKI, Philip. *Physics and the Marginalist Revolution*. **Journal of Economics**, Cambridge: Cambridge University Press, dezembro 1984.

MISES, Ludwig von. **Human Action**. Irvington: Foundation for Economic Education, [1949]1996.

O'HEAR, Anthony. *Hayek and Popper: the road to serfdom and the open society*. In: FESER, Edward (ed.). **The Cambridge Companion to Hayek**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

POLANYI, Michael. **A Lógica da Liberdade. Reflexões e Práticas**. Rio de Janeiro: Top Books, [1951] 2003

\_\_\_\_\_. **Personal Knowledge. Towards a Post-Critical Philosophy**. Chicago: University of Chicago Press, [1958] 1974.

POPPER, Karl R. e John C. ECCLES. **O Eu e seu Cérebro**. Campinas: Papyrus, [1985] 1995.

ROTHBARD, Murray. *Concepts of the Role of Intellectuals in Social Change Toward Laissez Faire*. **The Journal of Libertarian Studies**. Auburn, Alabama: Llewellyn H. Rockwell, Jr., Ludwig von Mises Institute, vol. IX nº 2, fim de 1990.

SALERMO, Joseph T. *Mises and Hayek Dehomogenized*. In: John W Robbins & Mark Spangler (eds.). **A Man of Principle: Essays in Honor of Hans F. Sennholz**. Pennsylvania: Grove City College Press, 1992.

SAMUELSON, Paul A. **Fundamentos da Análise Econômica**. Trad. De Paulo Almeida. São Paulo: Nova Cultural, [1947] 1997.

SEARLE, John R. **Philosophy of Mind**. Springfield, VA: The Teaching Company, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, [1999] 2000.

SCHUMPETER, Joseph. *On the concept of social value*. **Quarterly Journal of Economics**. Harvard: Harvard University Press, vol. 23, p. 213-232, 1909.

\_\_\_\_\_. *Carl Menger*. In: **Ten Great Economists**. New York: Galaxy, 1956.

SHETH, Bhavin R., Sheth Simone SANDKÜHLER, Joydeep BHATTACHARYA. *Posterior Beta and Anterior Gamma Oscillations Predict Cognitive Insight*. **Journal of Cognitive Neuroscience**, julho de 2009, vol. 21, No. 7, p. 1269–1279.

SIMON, Herbert A. *Designing Organizations for an Information-Rich World*. In: **Martin Greenberger, Computers, Communication, and the Public Interest**. Baltimore: The John Hopkins Press, 1971.

\_\_\_\_\_. **Rational Decision-Making in Business Organizations**. Nobel Memorial Lecture, 8 December, 1978.

SKINNER, Andrew S. *Economic Theory*. In: BROADIE, Alexander (ed.). **The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SMITH, Vernon L. *Hayek and Experimental Economics*. In: **The Review of Austrian Economics**. Holanda: Springer Science, vol. 18:2, p. 135–144, 2005.

VRIEND, Nicolas J. **Was Hayek an ACE ?** Mimeo. University of London, UK: Queen Mary and Westfield College, May 1999

ZYWICKI, Todd J. e Anthony B. SANDERS. *Posner, Hayek and the Economic Analysis of Law*. **Iowa Law Review**. Iowa: University of Iowa, vol. 93, nº 2, p 559-603, fev. 2008.